CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE
FACULDADE CNEC GRAVATAÍ
Recredenciada pela Portaria Ministerial nº 849, de 11/09/2013 D.O.U. de 12/09/2013

FRANCIELLE THAUANY CONSONI

AS FACÇÕES CRIMINOSAS ATUANTES NO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE

Gravataí
2018

CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE
FACULDADE CNEC GRAVATAÍ
Recredenciada pela Portaria Ministerial nº 849, de 11/09/2013 D.O.U. de 12/09/2013

FRANCIELLE THAUANY CONSONI

AS FACÇÕES CRIMINOSAS ATUANTES NO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade CNEC Gravataí, como requisito parcial para conclusão do curso de Direito, sob orientação do Professor Dr. José Antônio Gerzson Linck.

Gravataí
2018

FRANCIELLE THAUANY CONSONI

AS FACÇÕES CRIMINOSAS ATUANTES NO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade CNEC Gravataí, como requisito parcial para conclusão do curso de Direito.

Banca Examinadora:

_____
Orientador: Prof. José Antônio Gerzson Linck

_____
Professor

_____
Professor

Conceito: _____

Gravataí/RS

2018

Dedico o meu trabalho, a minha base, meus pais Mara e Valdecir, as minhas filhas Manuelly e Anna Clara, pelo apoio e carinho durante todo o tempo, a toda minha família e amigos, por compreenderem o meu mau humor, e, ao meu orientador José pela paciência, disposição, compreensão, excelente orientação e por ter embarcado comigo neste tema delicado e polêmico.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer as minhas filhas Manuelly e Anna Clara, por entenderem que este caminho, onde algumas vezes eu precisava me ausentar, para cumpriu o propósito final, foi sempre visando o futuro para elas, e agora me deram um grande presente, minha irmã Valentina.

Aos meus pais Mara e Valdecir, por sempre abdicarem de suas vidas para que hoje eu possa estar realizando mais um sonho, por sempre me incentivarem a dar o meu melhor.

Gostaria de agradecer aos meus avôs, Edith, Dario, Joana e Valdir *(in memoriam)*, que sempre se dedicaram para a minha criação, apostando no meu futuro e me auxiliando nos momentos em que precisei de um apoio para seguir minha jornada.

Aos meus familiares e amigos que compreenderam os meus momentos de ausência.

Por fim, e não menos importante, ao meu excelente orientador José Antônio Gerzson Linck pela sua dedicação, atenção, e paciência e por ter me orientado neste tema complexo e delicado.

A todos, os meus mais sinceros MUITO OBRIGADA!

RESUMO

No presente trabalho foi abordado um assunto um tanto quanto polêmico atualmente em nossa sociedade: As facções criminosas vêm crescendo e se organizando, chamando assim a atenção para a criação de legislação mais rígida com relação aos seus membros e melhoria nas condições dos órgãos competentes para investigá-los. As facções criminosas a cada dia que passa vêm se aperfeiçoando e organizando, se misturando e confundindo com o que se entende por crime organizado, essa transformação das facções criminosas que hoje são grandes empresas, estimulam a fazer um estudo sobre elas, pois atualmente por falta de aplicação das leis existentes e criação de leis mais rígidas além de investimentos nos órgãos que as investigam, acabam por ajudar essas “Empresas” a crescer e causar medo na população. Mais precisamente as facções que se encontram dentro do Presídio Central de Porto Alegre não são diferentes das demais do País, a organização desse grupo dentro do sistema prisional, tendo suas regras únicas e extremamente rígidas criam um mundo peculiar em que somente quem se encontra no local cumprindo pena ou até mesmo trabalhando conhece suas rotinas.

Palavras-chave: Facções criminosas, sistema prisional, apenado, Estado.

ABSTRACT

In the present work, a somewhat controversial subject in our society has been approached: Criminal factions have been growing and organizing, thus calling attention to the creation of more rigid legislation regarding its members and improvement in the conditions of the competent bodies to investigate them. The criminal factions with each passing day have been improving and organizing, mixing and confusing with what is meant by organized crime, this transformation of the criminal factions that today are big companies, make a study of them, because currently because of the lack of enforcement of existing laws and the creation of stricter laws and investments in the bodies that investigate them, end up helping these companies "to grow and cause fear in the population. More precisely, the factions that are within the Central Prison of Porto Alegre are not different from the others in the country, the organization of this group within the prison system, having its unique and extremely rigid rules create a peculiar world, in which only those who are in the local punishment or even working, know their routines.

Keywords: criminal factions, prison system, distressed, State.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9
1 SURGIMENTO DAS FACÇÕES CRIMINAIS NO PAÍS 11
1.1 Primeiro conhecimento geral sobre facções criminais no País 11
1.2 Início das facções criminosas no Presídio Central de Porto Alegre 15
2 FUNCIONAMENTO DAS FACÇÕES CRIMINAIS DENTRO DO PRESÍDIO CENTRAL 22
2.1 Sistematização do Presídio Central e o convívio dos detentos com a administração 22
2.1.1. Dos apenados 23
2.1.2 Da brigada militar: 25
2.1.3. Da comissão técnica 27
2.2. Organização das facções criminosas do Presídio Central 28
2.3 O papel do Estado na precariedade do sistema prisional Gaúcho 35
3 UM OLHAR DE QUEM PROCURA O MELHOR ENTENDIMENTO DO ASSUNTO 40
3.1 Policial Militar Aposentado 40
3.2 Ex-apenado 47
3.3 Jornalista Renato Dornelles 52
CONSIDERAÇÕES FINAIS 57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 599
APÊNDICE A - DEGRAVAÇÃO DAS ENTREVISTAS 64
Entrevista I – Policial Militar aposentado 65
Entrevista II - Ex-Apenado 73
Entrevista III - Jornalista Renato Dornelles 77
APÊNDICE B - AUTOTIZAÇÕES PARA ENTREVISTA SER UTILIZADA NA PRESENTE MONOGAFIA 80

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão possui como tema e enfoque principal as facções dentro do Presídio Central de Porto Alegre, levando em consideração o modo com que surgiram e se organização até os dias de hoje. Porém, é necessário o entendimento de como surgiu esse tipo de crime organizado dentro do sistema penitenciário, o qual se deu nos presídios do Rio de Janeiro, posteriormente em São Paulo e assim sucessivamente se espalhando por todo o território nacional.

Vemos um grande crescimento de grupos organizados no País como um todo, iniciando-se em meados dos anos 70 no Rio de Janeiro e se expandindo por todo o território nacional. É notório o tamanho da proporção que esses grupos de crime organizado alcançaram no Estado do Rio Grande do Sul, se concentrando, principalmente, na capital Porto Alegre e região metropolitana.

Nesse contexto, o que chama atenção são as facções criminosas que hoje se encontram alojadas dentro do Presídio Central de Porto Alegre. O presente estudo trata diretamente da forma como isso acontece, como ocorre a divisão e a organização dos apenados e ainda como é repassado o comando para fora do sistema penitenciário, afetando a sociedade.

Sua sistematização é extremamente respeitada por aquele que se encontra em cumprimento de pena, mais que isso, em um universo com mais de quatro mil homens, o que se preza em primeiro lugar é o respeito, não somente entre apenados, como também com os policiais militares que fazem a segurança do local.

Em um local hostil, como é o Presídio Central, com tantas precariedades como esgoto a céu aberto, entre outros, é ilusório se falar em ressocialização, o que fica claro para quem procura entender um pouco do assunto, que além de não preparar o apenado para futuramente se instalar na sociedade, como também, faz que esse indivíduo se afunde mais ainda na vida do crime.

O papel do Estado quando se sabe que a precariedade e à omissão deste órgão tem grande impacto na situação atual do sistema prisional. Uma vez que é deixado de fornecer o mínimo necessário para a dignidade da pessoa humana,

aquele indivíduo que tem esses recursos acaba se valendo como moeda de troca para, o crescimento das facções não só dentro do presídio, mas também fora dele.

Além de pesquisas nas doutrinas, foram realizada diversas entrevistas com quem esteve no local, tanto trabalhando quanto cumprindo pena, como também quem estuda e pesquisa, nomes relevantes neste cenário, para que assim seja melhor compreendido como esse mundo específico se estabelece, uma vez que suas regras são distintas das regras da sociedade fora dos muros do presídio.

1 SURGIMENTO DAS FACÇÕES CRIMINAIS NO PAÍS

Nesse passo, mostraremos em que momento se inicia o surgimento das facções criminais no Brasil, bem como a história que nos mostra o início dentro dos presídios do Rio de Janeiro e de São Paulo, sendo uma formação para sanar, na medida do possível, as lacunas deixadas pelo Estado no sistema prisional.

Ainda, entenderemos o que significam as facções criminosas e como essa organização tomou tal proporção no País, impulsionando diversos grupos de crime organizado a adquirirem esse formato.

1.1 Primeiro conhecimento geral sobre facções criminais no País

O aparecimento do crime organizado é motivo de discussões, ainda, em muitas doutrinas, mas o que pode ser afirmado é que esse fato ocorre em tempo considerável, sendo que, ao que se diz respeito ao conceito, quando se trata de um determinado grupo de pessoas, que se reúnem para efetuar fatos ilícitos de forma reiterada, pode haver uma divergência levando em consideração o local em que é feito o estudo desse fato.

É de grande relevância, para que haja entendimento do surgimento das facções criminosas, que seja compreendido o conceito da natureza jurídica da execução da pena, qual seja, o momento em que sentença condenatória será cumprida, quando a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos ser efetuadas.

Marianna Moura Gonçalves assinala tal questão afirmando que:

> A consolidação da pena privativa de liberdade como o mecanismo de punição por excelência, amplamente empregado nos mais diversos ordenamentos jurídicos, conduz a uma crescente ingerência estatal na forma de sua execução, com propósito evidente no sentido de uniformizar essa etapa[1].

Adentrando ao surgimento dos grupos de crime organizado no Brasil, mais especificamente no desenvolvimento de agrupamentos de presos no ambiente

[1] GONÇALVES, Marianna Moura. **Criminologia no Brasil: história e aplicações clínicas e sociológicas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, pág. 235.

carcerário, teria se desenvolvido, no Brasil, de forma mais perceptível, a partir da década de 1970[2], no Rio de Janeiro. Anteriormente a isso, os apenados agiam de forma individual, ou no máximo em um grupo consideravelmente pequeno comparado a dimensão de uma facção criminal.

A facção criminosa originária a se ter conhecimento e notoriedade dentro do sistema penitenciário brasileiro foi a Falange Vermelha, criada nos anos 1970, no Rio de Janeiro. Já no Estado de São Paulo, nos anos 1980, foi criada a Serpente Negra.[3]

Mesmo sabendo da existência desses grupos organizados há alguns anos, anteriormente a 2006, eles não obtinham notoriedade, sendo tratados com desapreço até o marco histórico que consistiu, segundo Karina Biondi.

> Em maio de 2006, veio a ação mais contundente: a segunda "megarrebelião", envolveu um número maior de instituições penais – ao todo 84 instituições penitenciárias, das quais 10 fora no Estado de São Paulo – e resultou num total de 299 ataques a órgãos públicos, 82 ônibus incendiados, 17 agências bancárias alvejadas a bombas, 42 policiais e agentes de segurança mortos e 38 feridos[4].

A partir desse momento, as facções criminosas despertaram não só os olhares de todos, como também a curiosidade para entender melhor o que de fato estava ocorrendo. Muitas foram as pesquisas de diversos autores, destacando a apresentada pela Universidade de São Paulo, denominada de "Dossiê Crime Organizado", sendo o entendimento, como maioria, que as facções criminais seriam como o Estado, porém uma forma defeituosa deste.

Podemos atribuir, sendo somente um dos motivos, as falhas no sistema penitenciário pela formação desses grupos de crime organizado. As práticas injustificadas danificam a seriedade dessas instituições públicas e reforçam grupos organizados criminosos que coagem um método de comportamento, sendo a obediência cobrada de forma extremamente rígida, e logicamente, o desrespeito

---

[2] ADORNO, Sérgio, SALLA, Fernando. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC.** Estudos avançados, 2007, p. 09 e 10.
[3] DORNELLES, Renato. **Falange Gaúcha: O Presídio Central e a História do Crime Organizado no RS.** Porto Alegre. Diadorim. Ed. 2ª. 2017. P. 153.
[4] BIONDI, Karina. **Junto e Misturado: imanência e transcendência no PCC.** Dissertação (mestrado em Antropologia). Departamento e Antropologia – Universidade Federal de São Carlos. 2009 p. 52-53.

penalizado rigorosamente. Tal práticas podem ser ilustradas desde os maus-tratos e torturas até a corrupção no interior do sistema penitenciário.

Para enfatizar o exposto acima, podemos nos embasar nas palavras da socióloga Camila Caldeira Nunes Dias:

> [...] mais importante, nos referimos ao poder político que, neste caso, designa a prerrogativa do PCC (através de seus membros) de exercer um rigoroso controle social sobre a população carcerária. Esse controle que reclama, como já mencionado, a obediência, não necessariamente consentida, às regras, às normas e às formas de conduta instituídas pela organização, cuja contrapartida é a definição de transgressões, a acusação dos transgressores e a sua correspondente punição[5].

A negligência do Estado influencia diretamente na formação do crime organizado dentro das unidades prisionais, de forma que, se o Estado como responsável de manter o mínimo de dignidade e direito dos apenados falhar drasticamente na sua função, os grupos de presos com mais notoriedade acabam se valendo da situação, e assim, ocupando o lugar que deveria ser da aludida administração. Desta forma, esses grupos de crime organizado suprem dos demais apenados suas necessidades básicas, em contraponto, exigem que entrem para a facção criminal, em certa forma de retribuição.

No entendimento do Professor da Faculdade de Direito da USP, Alvino Augusto de Sá:

> Chegou em um ponto de injustiça tal, que não tem outra alternativa, aí surge a facção, uma vez eu perguntava para um líder do PCC, até quando vai essa violência, Estado contra vocês, vocês contra o Estado, será que isto não tem solução, eles é doutor quem sabe o dia em que o Estado respeitar os presos como pessoas, o dia em que o Estado atender todos os direitos legais legítimos dos presos, quem sabe nesse dia, as facções não tenham mais razões de ser. Então venha, ele não disse quem sabe nesse dia a gente acaba com as facções, porque não tem como acabar com as facções[6].

Mesmo com *modus operandi* extremamente similares, cada grupo tem suas particularidades, mudando assim, de onde este grupo está localizado e de sua extensão e força dentro e fora do sistema penitenciário, "[...]diferenciações

---

[5] DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista.** Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. 2011 p. 20.

[6] **SEM PENA**. Direção de Eugenio Puppo. Brasil: Heco Produções, Espaço Filmes e Prefeitura de São Paulo, 2014. Documentário, 49'15", son, col.

constantes de sua regionalidade, bem como de suas estratégias e estrutura de funcionamento, e as redes de poder às quais se vinculam, especialmente os mercados ilegais e os domínios institucionais com os quais interagem[7]".

Mesmo com *modus operandi* extremamente similares, cada grupo tem suas particularidades, mudando assim, de onde este grupo está localizado e de sua extensão e força dentro e fora do sistema penitenciário, "[...]diferenciações constantes de sua regionalidade, bem como de suas estratégias e estrutura de funcionamento, e as redes de poder às quais se vinculam, especialmente os mercados ilegais e os domínios institucionais com os quais interagem[8]".

Deste modo, mesmo que as facções criminais tenham ganhado maior destaque e maior relevância comparado a última década, fica evidente que os estudos feitos aos grupos de crime organizado, sendo suas atividades dentro e fora do sistema carcerário, continuam rasos. Não somente é pouco o que se sabe acerca da criminalidade organizada no Brasil, mas também são limitadas as informações referentes aos grupos que atuam dentro das prisões brasileiras[9].

Alusivo ao fator de como ocorre a divisão de cada facção dentro do sistema penitenciário, através de alguns estudos, entende-se que a organização territorial dentro do aludido estabelecimento é fundamental para o bom andamento e a segurança dos apenados divididos em galerias, todos os integrantes devendo ser do mesmo grupo de crime organizado, para evitar ao máximo o confronto direto, mesmo sabendo que nem sempre é possível evitá-los.

Como relata, o autor Caco Barcellos, em seu livro que diz respeito ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro e a organização das facções criminais:

> [...] Uê comandava o tráfico de 35 favelas do Rio a partir de seu "escritório", a cela 6 da galeria D, reservada aos dirigentes do Terceiro Comando e de seus aliados da facção Amigos dos Amigos. [...] uma parede de concreto

---

[7] AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli; CIPRIANI, Marcelli. **Um Estudo Comparativo Entre Facções: O cenário de Porto Alegre e o de São Paulo.** Sistema Penal & Violência. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito PUCRS. Porto Alegre. v 7. n 2. p. 164. 2015.
[8] Ibid. p. 164.
[9] SCHILLING, Flávia. **Corrupção, crime organizado e democracia.** Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 36, 2001.

> separava a galeria D das duas galerias, A e C, reduto dos principais chefes do Comando Vermelho em 2002[10].

Há diversas facções presentes no Brasil, sendo que cada uma com seu diferencial em questão de formação e organização, e ainda, com sua dimensão de ascendência no local onde é situada, porém há aquelas que cresceram a tal ponto que se ampliaram para fora de seu território, em outras palavras que conseguiram se expandir para outros Estados, ainda no que se refere ao PCC e ao CV, se expandiram não somente para outros Estados Brasileiros, como também, para fora do País, construindo seus alicerces, com a intenção de aumentar seu comércio para outros Países.

1.2 Início das facções criminosas no Presídio Central de Porto Alegre

Adentrando especificamente ao Presidio Central de Porto Alegre, cabe ressaltar que foi iniciado no ano de 1959, nominado à época de Casa de Prisão Provisória, deste modo, como o próprio nome já referia, a intenção no momento de sua criação era recolher presos em flagrantes ou retidos pelo Poder Judiciário em caráter provisório, após a condenação final deveriam ser transferidos então para o local de seu cumprimento de pena, o que de fato nunca ocorreu.

Realizar um estudo sobre tudo que acontece com as facções que atuam no Presídio Central de Porto Alegre é de grande desafio, pois há impedimentos relevantes ao tema, levando em conta o estado em que encontram as prisões, as instituições penais e de segurança pública continuam sendo um marco extremamente obscuro da realidade brasileira, sendo que é evidente a limitação dos estudos e pesquisas no sistema prisional, especialmente dos grupos organizados.

A primeira facção gaúcha da qual se teve conhecimento foi a chamada “Falange Gaúcha”, que se inspirou no já existente grupo organizado denominado Comando Vermelho do Rio de Janeiro. O objetivo do grupo de apenados eram as fugas e futuras ações criminosas organizadas, para assim melhor financiar a vida dos aliados que se encontravam presos. Dentro outros grupos existentes como os

[10] BARCELLOS, Caco. **Abusado: O dono do morro Dona Marta.** 25º ed. Rio de Janeiro: Record. 2014. p. 293.

nominados “Manos” e “Unidos e Abertos”, após alguns anos foi a facção “Bala na Cara (BNC)” que teve grande notoriedade no Estado, dentro e fora do sistema prisional.

Estudos mostram que, totalizando o número de integrantes das facções, estima-se que haviam cerca de 2,5 mil apenados. Os Manos eram dominantes na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas. Já os Brasas obtinham grande poder no Presídio Central. E os Abertos se faziam como maioria na Colônia Penal Agrícola Daltro Filho[11].

O princípio da Falange Gaúcha foi dado através de dois grandes nomes no mundo do crime, sendo Dionel Francisco Melara e Valmir Benini Pires, o Brasa, desbancando até mesmo grandes nomes como o famoso “Papagaio”, assaltante de banco e carros fortes, e Marcola, a partir deste momento, apareceram as facções que lideram até hoje o Presídio Central, “os Manos” e os “Brasas”[12].

Nessa época, o PCPA tinham somente quatro pavilhões, sendo eles o B, C, D e F, onde ficavam localizadas as celas, tendo em vista a necessidade por conta da superlotação foram criados o G, H, I e J, para realocar os demais apenados.

Esses pavilhões são separam distintos apenados, ou seja, aqueles que são parte de qualquer uma das facções citadas ou aqueles que não são parte de nenhuma facção, ou ainda, aqueles que tem algum tipo de indisposição dentro ou fora do presídio e desta forma se sentem ameaçados.

Mas o que deve ser levado em consideração é o fato de que, ao sair, os apenados que utilizaram o poder das facções devem lealdade à organização, sendo que assim é gerado certo tipo de benefício a quem está preso e suas famílias.

No entendimento da pesquisadora Marcelli Cipriani:

> A “organização” do crime no Central é aquela que vem se constituindo desde 1995, ano em que a BM assumiu a gestão temporária do PCPA e, visando a reduzir mortes e brigas internas aos presídios, começou a especializá-lo através da separação entre apenados que tinham conflitos e da consequente aproximação entre apenados que tinham alianças. Nos últimos anos, esse mecanismo seguiu regulando a distribuição da população carcerária do estabelecimento porto-alegrense, mas adquiriu novos contornos, mais sólidos e institucionalizados. Dessa feita, conforme afirmaram inúmeros entrevistados, a pergunta sobre a participação em

[11] DORNELLES, Renato. **Falange Gaúcha: O Presídio Central e a História do Crime Organizado no RS.** Porto Alegre. Diadorim. Ed. 2ª. 2017. P. 157 .
[12] Ibid. P. 156 e 157.

> alguma “facção” seria, atualmente, uma das primeiras feitas pelos agentes da segurança, com vistas a determinar a galeria onde irão morar os presos que chegam no Central: “que é a porta de entrada aqui do sistema[13].

O Presídio Central de Porto Alegre, anteriormente foi apontado como pior do país, tendo em vista suas condições precárias e pela quantidade de mortes, rebeliões e fugas registradas. Atualmente, a estrutura foi modificada, e a quantidade de mortes diminuiu quase totalmente. Porém isso não significa que tenhamos chegado a um modelo ideal de sistema prisional. Mesmo com esse fato, e os grupos organizados mantendo uma aparência de tranquilidade, continuam cada vez mais aperfeiçoando o tráfico de drogas e convertem a prisão em um grande comércio consideravelmente lucrativo.

Ainda nos dias de hoje, e tendo uma piora significativa com o tempo, um dos elementos que permitem com que o Presídio Central esteja com uma quantidade de detentos superior do que sua amplitude física é a ausência de uma infraestrutura, o local não é ajustado para tolerar esta superlotação de apenados, assim não possuindo espaço físico necessário, tampouco em condições mínimas para que esses detentos cumpram sua pena.

Em reportagem do importante e notório jornal da capital gaúcha, Zero Hora, é relatado o domínio dos grupos de crime organizado no sistema prisional local:

> Maior prisão do RS, a Cadeia Pública de Porto Alegre, mais conhecida como Presídio Central, está dominada por facções criminosas. Separadas dentro da prisão, as organizações estenderam seus tentáculos ao longo dos últimos 15 anos dominando 10 das 11 galerias para as quais são levados presos que estão ingressando no sistema prisional[14].

Como já dito anteriormente, referente a outros sistemas prisionais de outros estados, o Presídio Central evidencia um sistema deturpado, sendo os detentos os que atuam de fato como responsáveis, e em contrapartida o Estado como que ignora tal funcionamento. Uma das explicações para essa situação seria para o Estado isso custa pouco e traz lucros relevantes.

---

[13] CIPRIANI, Marcelli. **Da “Falange Gaúcha” aos “Bala nos Bala”: a emergência das “facções criminais” em Porto Alegre (RS) e sua manifestação atual.** Direito e Democracia. P. 118-119. 2017

[14] Zero Hora. **Facções avançam e dominam o Presídio Central de Porto Alegre.** Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/02/faccoes-avancam-e-dominam-o-presidio-central-de-porto-alegre-9713182.html> 01 de outubro de 2017.

O entendimento dos autores Rodrigo Azevedo e Marcelli Cipriani, no que diz respeito a esse tema é de que:

> Apresentam-se, quanto a isso, narrativas divergentes no que tange à atuação de facções dentro da unidade carcerária em análise: enquanto policiais militares defendem que “aqui eles não mandam, não, isso é coisa da mídia, pra desacreditar o nosso trabalho, o que existe é uma cooperação para manter a convivência necessária” (PM01), operadores das instituições de justiça apontam que “quem manda no sistema carcerário não é o Estado, são as facções, o Estado apena guarda os criminosos lá dentro” (OJ01), assim como que “o comando das galerias continua nas mãos dos presos. E eu duvido muito que algum, seja a Brigada [Polícia Militar], seja qualquer instituição ou organização, consiga mudar isso enquanto o presídio [Presídio Central de Porto Alegre] estiver superlotado[15].

Na tentativa de conter os desentendimentos e as mortes, os grupos organizados ficam em galerias distintas. Quando há a chegada de um novo apenado no local ele é encaminhado ao setor de triagem. Chegando lá, tem a opção de escolha para a galeria que deseja ir, entre as disponíveis. Mas, caso ele já esteja incluído em alguma facção, o mesmo é levado à galeria comandado pelo seu grupo. Uma vez que, não pertença ou ainda, não tenha o interesse de participar de alguma organização criminosa, seu destino será a primeira galeria do pavilhão F, sendo esta, até onde se sabe, ainda não dominada.

Dentro da organização de cada facção, alojada nas galerias do Presidio Central, há formas de gerar grandes lucros para obter necessidades básicas, sendo cobrado dos apenados para usufruir, do que era seus direitos assegurados pelo Estado, mas que, com a dominância do crime organizado acabam pagando caro.

Como vemos, na reportagem do Diário Gaúcho, referente ao assunto:

> Entregues a facções criminosas, as galerias do Presídio Central se tornaram imóveis lucrativos. O faturamento das organizações pode chegar a R$ 500 mil mensais - livres de impostos. Comida, drogas, segurança, tudo é pago em uma galeria[16].

Diferentemente dos grupos de crime organizados que atuam nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, as facções criminosas da capital gaúcha tem poucos

---

[15] AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli; CIPRIANI, Marcelli. **Um Estudo Comparativo Entre Facções: O cenário de Porto Alegre e o de São Paulo. Sistema Penal & Violência.** Revista Eletrônica da Faculdade de Direito PUCRS. Porto Alegre. v 7. n 2. p. 164. 2015

[16] TORRES. Eduardo. **Facções criminosas faturam até R$ 500 mil mensais nas galerias do Central.** Diário Gaúcha. Disponível em <http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2013/10/faccoes-criminosas-faturam-ate-r-500-mil-mensais-nas-galerias-do-central-4287948.html>. 01 de outubro de 2017.

princípios ideológicos, sendo elencadas em sua maioria pelo grande interesse financeiro, aumentando consideravelmente, uma vez que o Presídio Central permanece com sua capacidade muito acima do que a máxima.

Levando esse fato em consideração, a inadimplência dos apenados tem sua cobrança de forma brutal, não sendo toleradas pelos chefes das facções, como é mostrado na reportagem que segue:

> Não são raros os pagamentos com a vida. Conforme o levantamento do Diário Gaúcho, até agora 70% das vítimas de homicídios na Região Metropolitana neste ano têm antecedentes criminais. Boa parte desses crimes é resultado das cobranças de dívidas contraídas na cadeia. Mas não é só nas ruas que as cobranças acontecem. Não havia sinais de violência no corpo. A suspeita, que só poderá ser comprovada pela perícia, é de que tenha sido vitimado por um método que ganha espaço no Presídio Central: a morte por overdose[17].

Fica claro nesse contexto que quem manda na organização das galerias são os presos, mais especificamente os chefes das facções criminosas, tendo em vista a livre circulação dentro das mesmas, ficando as celas abertas a todo momento. Segundo o jornalista Felipe Frazão (2017) “O descontrole das autoridades é tamanho que o próprio juiz encarregado de fiscalizar o presídio, Sidinei José Brzuska, admite: quem manda por lá são as facções criminosas”.

O magistrado afirma ainda que o Estado somente dispõe de água, luz e alimentos básicos para os apenados, no resto, qual seria o vestuário, medicação para possível enfermidades, bem como material para higiene pessoal são fornecidos pelas facções aos apenados ligados a elas.

Cabe ressaltar que, existe um gabinete, do Dr. Sidinei José Brzuska, instaurado dentro do Presidio Central desde o ano de 2012. Mesmo esse fato não é capaz de impedir o aumento das facções criminosas no local, sendo que teve que haver um “acordo verbal” com os grupos organizados para tal instalação.

---

[17] TORRES. Eduardo. **Dívida é paga com a vida no Presídio Central, em Porto Alegre.** Diário Gaúcho. Disponível em <http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2013/10/divida-e-paga-com-a-vida-no-presidio-central-em-porto-alegre-4289064.html> 01 de outubro de 2017.

Esse “acordo” feito, teve uma importante finalidade, conforme relatos do aludido Magistrado em entrevista com o jornalista Felipe Frazão:

> Para trabalhar de dentro do presídio, apesar da presença dos militares, Brzuska fez rodadas de conversa e impôs condições aos presos: não poderia haver desavenças, assassinatos ou desrespeito a ele, aos policiais e funcionários. A partir do acordo, diminuíram os tumultos internos. Passou a vigorar no presídio a regra de que a cela é a extensão do lar dos presos. Brigas externas de facções ficariam restritas às ruas. Em contrapartida, os presos teriam ali um representante do Judiciário para facilitar a análise de seus processos[18].

De tal modo, foi a forma mais pacifica encontrada para a convivência de todos dentro do sistema penitenciário, restando claro que as presenças das facções teriam que ser toleradas, sendo que desta forma ficou o Estado, e quem a ele representa, conscientizado do fato de que a solução não seria o termino de vez dos grupos de crime organizado e sim um acordo, como já mencionado, para que todos ganhassem na medida do possível.

O modo em que as coisas ocorrem dentro do sistema penitenciário é um tanto quanto peculiar, pois ao contrário do que na teoria seria o correto e, pode-se dizer, esperado, sendo o total cumprimento da legislação, exigindo dos apenados uma postura rigorosa.

Fato esse que não sucede, pelo motivo de que para conter o grande número de presos, como se sabe maior que o de Policiais Militares, a segurança pública depende da colaboração destes apenados, sendo liderados pelos chefes das facções de cada galeria, assim, cada lado mostra suas necessidades e impõe seus direitos e deveres, realizando dia a dia a convivência mais pacifica que poderia existir nesse local tão hostil que é o Presidio Central de Porto Alegre.

Diante de tudo, a superlotação é um fator de alta relevância no que consiste nas dificuldades enfrentadas por todos dentro do sistema penitenciário gaúcho, o caso prejudica de tal modo que, não há espaço suficiente para todos os apenados, tendo esses que ficarem nos corredores, do lado dos Policiais Militares a grande

---

[18] FRAZÃO. Felipe. **Facções comandam o maior presídio do país.** E com aval da Justiça, Revista Veja. Disponível em < http://veja.abril.com.br/brasil/faccoes-comandam-o-maior-presidio-do-pais-e-com-aval-da-justica/>. 01 de outubro de 2017.

quantidade de presos, muito acima do número de servidores sem dúvidas atrapalha na ordem e no controle dentro do estabelecimento.

Deste modo, Cipriani mostra em seu texto as mutuas vantagens que ocorrem em razão do sistema falido do Presidio Central de Porto alegre, tendo em vista o que foi dito acima:

> Assim, muito do que está em jogo no acordo de boa convivência entre policiais e apenados (e que remonta o surgimento dos Brasas, no ano de 1998), não diz respeito ao oferecimento aberto de vantagens para os presos, tampouco pela necessária aceitação, por parte da BM, diante de qualquer comportamento proibido. As revistas policiais em galerias seguem ocorrendo, os telefones e as drogas permanecem vetados no PCPA (apesar de, nele, ainda serem comercializados), e certos comportamentos (como provocações diante de outros presos e apreensão de material proibido) continuam acarretando a atribuição de sanções. Entretanto, as vantagens são mútuas, e a mercantilização da vivência interna ao Casarão também acarreta benefícios aos membros de "facções criminais[19].

Por fim, é notório que os problemas recorrentes no Presídio Central, sendo as facções ou a precariedade persiste desde a sua fundação, bem como o fato de que as facções já estão enraizadas em quase todos os presídios brasileiros, cumprindo o papel em que o Estado deveria cumprir perante a população carcerária.

[19] CIPRIANI, Marcelli. **Da "Falange Gaúcha" aos "Bala nos Bala": a emergência das "facções criminais" em Porto Alegre (RS) e sua manifestação atual.** Direito e Democracia. P. 118-119. 2017.

2 FUNCIONAMENTO DAS FACÇÕES CRIMINAIS DENTRO DO PRESÍDIO CENTRAL

O comando e expansão das Facções criminosas no Presídio Central de Porto Alegre, é notório, tendo em vista que foram eliminadas as celas do interior das galerias, levando em consideração o elevado grupo de apenados que habitam o Presídio Central. Com isso, a forma mais viável a ser adotado foi uma administração em conjunto entre detentos e policiais militares, estes últimos que cuidam somente dos corredores, permitindo que a administração das galerias, se faça pelas facções criminosas, mais precisamente por seus plantões ou chefes de galerias, deste modo este segundo grupo fica com o total domínio da prisão[20].

Ainda, há um desleixo pelo Estado e uma aceitação das facções criminosas na organização do presídio, assim por derradeiro acaba formalizando o trabalho realizado pelos grupos de crime organizado, tendo assim total liberdade para as decisões que forem tomadas internamente sobre o sistema penitenciário[21].

2.1 SISTEMATIZAÇÃO DO PRESÍDIO CENTRAL E O CONVÍVIO DO DETENTO COM A ADMINISTRAÇÃO

Quando se fala em administração do sistema penitenciário, estamos falando de uma composição que consiste em: direção, subdireção, Brigada Militar, corpo de médicos, setor jurídico e psicólogos.

Neste tópica será trazido um pouco da convivência e esquematização da equipe técnica e dos apenados do Presídio Central de Porto Alegre, esses dois grupos são a essência do sistema penitenciário, tendo em vista suas peculiaridades

---

[20] Associação do Juízes do Rio Grande do Sul – AJURIS. Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul- AMPRS. Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul – ADEPERGS. Conselho Regional de medicina do Estado do Rio Grande do Sul – CREMERS, Conselho da Comunidade para Assistência aos Apenados das Casas Prisionais Pertencentes às Jurisdições da Vara De Execuções Criminais e Vara De Execução De Penas e Medidas Alternativas De Porto Alegre. Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia – IBAPE. Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais – ITEC. Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Violação dos direitos humanos no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA). Extraído do site www.ajuris.org.br. Acesso em 17/03/2018.p. 16.

[21] AJURIS,op.cit.pg. 17.

e de certa forma estarem de lados opostos, ambos lutam todos os dias para manter a paz e a máxima calma para passarem seus dias nesse ambiente tão hostil por si só.

2.1.1. DOS APENADOS

Inicialmente é explicado o momento em que o apenado chega no sistema prisional e qual sua conduta após estar permanente neste local. Sua rotina terá que se adequar ao mundo regrado em que se encontra, levando em consideração o fato de que as regras dentro do presídio são extremamente peculiares e únicos.

O primeiro passo é encaminhar o apenado para a triagem, na qual ficará aguardando uma vaga para o cumprimento da pena estabelecida. Como salienta a Juíza de Direito, Dra. Sonáli Zluhan, em reportagem à Gaúcha:

> A situação é muito clara. Centro de triagem não é cadeia, não tem estrutura para isso. O Estado optou por este investimento com a condição de que abriria vagas em cadeias, mas não é o que verificamos. Se a intenção é fazer com que os centros sejam novas cadeias, então que se invista para adaptá-los para este fim[22].

Posterior à isso, são feitos todos os exames para identificar possíveis doenças que o apenado pode ter, bem como dados pessoais, fotografias e impressões digitais são feitas para o seu registro no local.

No momento em que sai da triagem, o apenado é encaminhado para alguma galeria, na qual é sempre observado onde o preso irá se encaixar, levando em consideração o convívio com outros apenados, de outras facções, ou ainda aqueles que não se encontraram em grupos de crime organizado.

A pesquisadora Marcelli Cipriani explica e ainda informa a forma dessa organização dentro do sistema penitenciário:

> [...] tanto os apenados, quando os indivíduos alocados nas instituições de justiça e nas policiais, indicam que a homogeneização de territórios

[22] Zero Hora. **Centro De Triagem Não É Cadeia", Diz Juíza Que Interditou A Estrutura Junto Ao Presídio Central.** Disponível Em: <Https://Gauchazh.Clicrbs.Com.Br/Seguranca/Noticia/2017/12/Centro-De-Triagem-Nao-E-Cadeia-Diz-Juiza-Que-Interditou-A-Estrutura-Junto-Ao-Presidio-Central-Cjanxgmbm00lf01mkunkj6ni4.Html> Acesso Em 30 De Março De 2018.

> marcados por galerias, tomando como critério comum aos indivíduos o seu vínculo com grupos criminais (ou com os bairros por eles territorializados), passou de mecanismo para atingir um fim 120 Direito e Democracia, v.17, n.1, jan./jun. 2016 emergencial para uma regra formal de gestão da população carcerária. Daí é que, na atualidade, a divisão interna do PCPA se dá da seguinte maneira: PAVILHÃO A – 1a galeria: unidos pela paz (originados nos brasas). 2a galeria: conceição. PAVILHÃO B – 1a galeria: abertos. 2a e 3a galerias: manos. PAVILHÃO D – 2a galeria: abertos ("abriram" dos manos). 1a e 3a galerias: Farrapos e Zona Norte. PAVILHÃO E – 1a galeria: projeto de desintoxicação com 70 presos. 2a galeria: ex. integrantes do SSP [sistema de segurança pública] e ensino superior. PAVILHÃO F – 3a galeria: bala na cara. 1a e 2a galerias: alguns primários. PAVILHÃO G – trabalhadores. PAVILHÕES H e I – 1a e 2a galerias do I: "duques", presos por estupro. 3a galeria do H: travestis, seus companheiros e homossexuais. 3a galeria do I: presos "problemáticos" (o que morou em todas as outras e foi expulso)[23].

Em outras palavras, é tanto o apenado como o chefe da galeria que irá escolher onde será cumprida a pena, para a segurança de ambos, mesmo que muitas vezes alguma galeria esteja com maior disponibilidade que outra.

Como é dito, na reportagem feita pelo Profissão Repórter, em uma galeria há 282 homens, todos pertencentes a uma mesma facções criminosa, um apenado ainda complementa o fato de que quem está naquela galeria tem desavenças com os outros apenados, mesmo que as outras estejam mais vazias[24]. Assim concluímos que é feita a distribuição nas galerias por afinidade e não por disponibilidade de vagas.

Neste momento, o apenado deverá viver com as regras estabelecidas na galeria no qual foi designado, regras estas determinadas pelo chefe da galeria, diversificando o acordo com o entendimento e segmento de cada grupo.

É admitida a existência de sete grupos de crime organizado dentro do presídio central de Porto Alegre, sendo que se tem um diálogo com cada líder para melhor manter a ordem no sistema prisional[25].

O envolvimento dos presos dentro das facções é de proteção, sendo que enquanto ele estiver ali será tutelado pelo líder local, porém no momento em que sair deverá que pagar de alguma forma o "favor" feito[26].

---

[23] CIPRIANI, Marcelli. **Da "Falange Gaúcha" aos "Bala nos Bala": a emergência das "facções criminais" em Porto Alegre (RS) e sua manifestação atual.** Direito e Democracia. P. 119-120, 128. 2017.

[24] Profissão Repórter. **Presídio Central de Porto Alegre tem 2400 detentos acima da capacidade.** Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=K1Rjfx3OiqM>. 3'37''. Acesso em 30 de março de 2018.

[25] Ibid. 4'02''. Acesso em 30 de março de 2018.

Todavia, toda sistematização do presídio se faz através das facções criminosas, que estabelecem suas regras específicas e suas maneiras de convivência, mesmo assim sempre é priorizado a harmonia tanto entre apenados, quanto com a administração do presídio.

2.1.2 DA BRIGADA MILITAR:

Inicialmente, é importante salientar que o Rio Grande do Sul é o único Estado do Brasil em que a Brigada Militar é quem faz a segurança dos presídios. A Policia Militar assumiu a direção dos presídios em 1994, levando em consideração a grande rebelião na época, com trágico desfecho, quando o Governo determinou que fosse feito uma força tarefa por seis meses, o que dura até os dias de hoje[27].

Como é confirmado, ainda, por Sallin:

> Quanto ao grupo da segurança, a responsabilidade pela guarnição do Presídio Central desde o ano de 1995 é de competência da Brigada Militar. A troca de controle passou da Superintendência dos Serviços Penitenciários para a Brigada pelas recorrentes conturbações no presídio, as quais, na época, foram consideradas resultantes da falta de comando e das más estratégias de gerenciamento[28].

Atentando o convívio dos policiais militares com os apenados, fica claro que estes estão em constante insatisfação, pois assim como para os apenados o local de serviço além de extremamente perigoso ainda é um ambiente insalubre, além disso as inquietações vividas diariamente dentro do sistema penitenciário não ajudam para que a tarefa seja realizada com o devido comprometimento.

Como é muito sabiamente salientado por Thompson:

> O relacionamento entre guardas e presos exibe fisionomia impar: Compõe uma equipe que não é gerida pela ideia de produtividade, como a da

---

[26] **O Poder Entre As Grades**. Disponível EM < Https://Www.Youtube.Com/Watch?V=0u9c6iojxim>. DOCUMENTÁRIO. 0’35’’. Acesso EM 30 DE MARÇO DE 2018.

[27] Profissão Repórter. **Presídio Central de Porto Alegre tem 2400 detentos acima da capacidade.** Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=K1Rjfx3OiqM>. 4’27’’. Acesso em 30 de março de 2018.

[28] SALLIN, Vinícius Ricardo**. As Facções E O Grupo Da Segurança No Presídio Central De Porto Alegre: Relações Em Um Sistema Social Complexo.** Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Psicologia Programa De Pós-Graduação. Porto Alegre/Rs. 2008. P.18.

> fábrica; nem pela perseguição de um bem comum como a do clube ou a do partido político, nem pelo fim de curar, como a do hospital. Aos guardas destas prisões interessa para eles alcançar um objetivo: evitar fugas e desordens, pois a ocorrência de qualquer episódio dessa natureza se veem sujeitos a críticas, a penalidades e até a perda do seu ganha-pão. Aos internos, importa mitigar os inarráveis sofrimentos resultantes das condições artificiais a que estão submetidos[29].

Assim, o convívio entre apenados e seguranças tem uma forma específica de existir, não sendo visado pelo Estado a produtividade, ou ainda, uma rígida postura dentro do Presidio Central, e sim um cumprimento das regras que regem o do sistema prisional a ausência de mortes, fugas ou até mesmo rebeliões, que como fica evidente, é a principal vitrine para a sociedade, no momento em que não está sendo repassado pela mídia tais fatos, logo, a segurança pública está realizando o seu devido trabalho como esperado pela população.

Ao mesmo tempo que pesquisadores e advogados corroboram a ideia de que a prisão opera como "escola do crime", a Brigada Militar, que comanda o sistema penitenciário, certifica que separando os apenados por facções dificulta que repassem uns aos outros formar diferenciadas de práticas ilícitas. Porém, quando um apenado entra para o sistema é obrigado pelas facções a colaborar com o andamento dentro da prisão, bem como forçados a realizar crimes que não haviam, muitas vezes, cometido dentro e fora da prisão.

Segundo Vinicius Sallin, o entendimento desta forma especifica de organização consiste em:

> [...] é necessário discutir a participação das facções nas decisões administrativas e operacionais de qualquer estabelecimento prisional, nesse caso, do PCPA. Como indicamos, as facções são grupos estruturados a partir de um núcleo verticalizado de liderança, o qual impõe códigos de conduta e julgamentos aos internos de sua galeria. Dessa forma, o reconhecimento das facções, por parte da direção, fortalece esse tipo de liderança, reafirmando sua notoriedade no sistema penitenciário e o poder sobre o restante dos presos[30].

É esperado, deste modo, que se instaure entre policiais e apenados uma relação corrosiva, sendo que não se pode esperar ou até mesmo considerar que

---

[29] THOMPSON, Augusto. **A questão Penitenciária.** Rio de Janeiro: Forense, 2001. p. 86/87

[30] SALLIN, Vinícius Ricardo. **As facções e o grupo da segurança no Presídio Central de Porto Alegre : relações em um sistema social complexo.** Dissertação. PUCRS. P. 22. 2009.

grupo tão opostos, e com entendimentos e interesses divergentes, socializem de forma cautelosa e sem desavenças.

2.1.3. DA COMISSÃO TÉCNICA

Tendo como base a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, sendo esta de Execuções Penais, mais precisamente no artigo 7º, designa como será constituída a Comissão Técnica dentro dos presídios:

> Art. 7º A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade[31].

Continuamente, seguindo na aludida Lei, em seu artigo 11º, ainda é determinado como se dará a assistência aos apenados por parte do Estado, tendo o intuito de precaver o crime e sua reincidência, para assim tentar sempre que o apenado retome o seu convívio social após o cumprimento da pena.

> Art. 11. A assistência será:
> I - material;
> II - à saúde;
> III -jurídica;
> IV - educacional;
> V - social;
> VI - religiosa.

No momento em que se tem o entendimento do quão importante é a Comissão Técnica dentro do sistema penitenciário, sendo estabelecida por Lei, se compreende, também, que o número elevado de apenados, bem como a falta desses profissionais devidamente capacitados no PCPA torna quase impossível atender toda a demanda de trabalho.

O entendimento que nos é trazido pelo autor Gilmar Bortolotto, diz respeito ao quanto o sistema penitenciário é precário para estes servidores:

---

[31] BRASIL. Lei nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Site Planalto < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em 18 de março de 2018.

> [...] sabemos da importância dos servidores penitenciários e também acreditamos saber das duas necessidades e do quanto ainda temos a caminhar nessa jornada de qualificação, de alteração de culturas no sistema penitenciário, que ainda hoje representa uma das chagas da sociedade, um dos mais atrasados símbolos da nossa sociedade[32].

Por esse, e por diversos outros motivos relatados, a ressocialização é vista como uma realidade distante.

Segundo o Médico do Presídio Central, Dr. Clodoaldo Ortega Pinilla, tendo em vista a quantidade de apenados que se encontram no presídio deveria ter no mínimo nove equipes de saúde, em contrapartida o que se tem hoje, é um número de duas equipes, onde está sendo providenciada uma terceira, mesmo assim um número extremamente menor do que o necessário para atender toda a massa carcerária[33].

2.2. ORGANIZAÇÃO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS DO PRESÍDIO CENTRAL

Neste momento, residem 4.576 presos, sendo a capacidade de engenharia de 1.824 pessoas no Presidio Central, os centros de triagem são divididos em I e II, sendo que o primeiro aloja no momento 54 apenados, com capacidade para 96, e o segundo 57 apenados, com capacidade para 112 presos, estes exclusivamente masculinos. (Dados atualizados em Fevereiro de 2018 pela Susepe)[34].

Segundo inspeção feita pelo Conselho Nacional De Política Criminal E Penitenciária, o domínio das facções fica evidente:

> Ficou bastante claro durante as inspeções que não há um enfrentamento claro do problema do sistema prisional gaúcho, pois as unidades prisionais estão sob o comando das diversas facções lá instaladas (Manos, Brasas, Abertos, Unidos, dentre outros), que utilizam de “plantões” para a comunicação com a administração do estabelecimento prisional. Quaisquer medidas que sejam adotadas no interior dos estabelecimentos depende de prévia “autorização” concedida pelas facções. A CPI do Sistema Prisional já

[32] BORTOLOTTO, Gilmar. **Relatório Azul 2006 – Garantias e violações dos direitos humanos no RS.** Assembleia Legislativa. Porto Alegre. 2007. P. 221.

[33] **CENTRAL – O poder das facções no maior presídio do Brasil.** Direção de Tatiana Sager e Renato Dornelles. Brasil: Panda Filmes, 2017. Porto Alegre. Documentário, 15’45”, son., col.

[34] Superintendência dos Serviços Penitenciários – SUSEPE. Disponível em < http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=203&cod_conteudo=21>. Acesso em 30 de março de 2018.

> havia apontado que no PCPA são realizadas algumas “concessões” a fim de estabelecer a paz no interior do estabelecimento[35].

Em 1959 foi fundado o presídio em Porto Alegre, qual era denominado Casa de Prisão Provisória, sendo que passou anos conhecido como Presídio Central de Porto Alegre, e atualmente passa a se chamar Cadeia Pública, fato este explicado em reportagem da Zero Hora:

> Essa situação foi distorcida ao longo do tempo e os condenados foram misturados aos provisórios, tudo em decorrência da superlotação carcerária no Rio Grande do Sul. Como não consegue gerar vagas em número suficiente, o governo do Estado decidiu adequar os nomes das prisões. O Presídio Central, desde sexta-feira, ganhou o nome de Cadeia Pública de Porto Alegre. No jargão judicial, cadeias públicas são destinadas apenas a presos provisórios. Já penitenciárias são destinadas aos condenados do regime fechado. A mudança é uma tentativa de condicionar **a** situações consideradas ideais, mas que foram distorcidas ao longo das décadas. Em outros casos, uma unidade regional recebeu o nome de estadual (de maior abrangência)[36].

Sendo este o maior sistema penitenciário do Estado, é apontado como o marco inicial do sistema penal do Rio Grande do Sul, pois seu propósito é atender apenados que foram presos em flagrante pela justiça, deixando em regime fechado, sendo está em situação provisória, deste modo, apenados que ainda aguardam sentença definitiva.

Porém, não é o que ocorre atualmente, uma vez que a massa carcerária do presídio, é composta por presos condenados de forma definitiva, provisórios, e ainda há casos de presos que deveriam estar no semiaberto e se encontram no local.

Segundo a estudante de jornalismo da UFRGS, Carolina Cattaneo:

> As condições de vida dos presos no Central, como falta de saneamento, falta de produtos de higiene e proliferação de insetos e ratos, já foram alvo de denúncia à Organização dos Estados Americanos (OEA).
> O Presídio Central, por ser uma cadeia pública, serviria apenas para atender a presos provisórios, mas ainda há mistura de provisórios com condenados. Atualmente, está sendo cumprida a determinação de receber

---

[35] CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. DISPONIVEL EM < http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/cnpcp-1/relatorios-de-inspecao-1/relatorios-de-inspecao-2009/2009relatoriovisitars.pdf> ACESSO EM 30 DE MARÇO DE 2018.

[36] Zero Hora. **Presídio Central de Porto Alegre muda de nome.** Disponível Em: < https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/01/presidio-central-de-porto-alegre-muda-de-nome-9349266.html> Acesso Em 30 De Março De 2018.

> apenas presidiários provisórios, o que causa superlotação nas delegacias e centros de triagem, já que há falta de vagas[37].

De acordo com o entendimento de Dani Rudnicki, em sua pesquisa, que consistiu em uma visitação realizada em três dias no Presidio Central de Porto Alegre, pode-se dividir em área externa e área interna:

> A externa é cercada por muros, e inclui os pátios, tem uma "rede", a mais externa, cercada com tela, onde ficam canis ocupados por cachorros ferozes; novos pátios e diversas construções – a entrada do Central, a sala de revistas, o galpão crioulo, 52 Revista de Informação Legislativa o prédio da administração e os espaços usados pelos técnicos para atendimento, a cantina, a cozinha e muitos outros setores[38].

Os apenados podem ter acesso ás galerias e ao pátio, denominados como área interna. Consistem em prédios, que tem três andares, e são fragmentados em galerias. Para chegar nas galerias, é necessário passar pelo prédio da administração, o qual tem duas entradas, sendo a primeira designada para visitantes dos presos e a segunda para os que se encontram na triagem.

Adiante, na passagem encontra-se a inspetoria do presídio, tendo uma tela de arame, que faz a divisão da passagem dos apenados e da administração do presídio, nos outro corredores não há tela proteção, porém há uma linha amarela pintada no chão, que limita e divide o espaço dos presos e da polícia militar, qual faz a segurança do presídio.

Para ocorrer a transferência do preso para outro local, é necessário auferir uma liberação, levando em consideração alguns fatores, entre eles o primordial é sempre a segurança do preso, assim, antes de deslocá-lo deverá ser averiguado se tem haverá a possibilidade de um encontro com outro apenado de uma facção rival, ou ainda uma visita nos corredores[39].

---

[37] CATANNEO, Carolina. **Presídio Central simboliza a falência do sistema penal gaúcho.** Estudante de Jornalismo UFGRS. Disponível em < https://www.ufrgs.br/humanista/2017/11/27/presidio-central-simboliza-a-falencia-do-sistema-penal-gaucho/>. Acesso em 30 de março de 2018.

[38] RUDNICKI. Dani. **Três dias no Presídio Central de Porto Alegre O cotidiano dos policiais militares.** Disponível em < http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496557/000940646.pdf?sequence=1> Acesso em 30 de março de 2018

[39] RUDNICKI, op.cit. Acesso em 30 de março de 2018.

Em determinado dia ocorre a revista dentro das galerias, que consiste em levar os presos em grupos até o pátio, anteriormente à chegada destes, quando são revistados.

Em entrevista para o Correio do Povo, a diretora do filme Central, Tatiana Sager relata que:

> [...] na qual são revistados pela Brigada, não foi realizada em dia de visita. Eles estão indo ao pátio para que os policiais entrem em sua galeria para a revista geral. Esta revista acontece todas as quintas-feiras em uma galeria do Presídio Central. Os presos nunca sabem qual a galeria que será revistada. Eles levam colchões e pertences porque terão que passar o dia inteiro no pátio[40].

Nos dias de revista pessoal, os apenados se colocam de costas para parede, neste momento os Policiais Militares, realizam vistoria em pertences pessoais dentro das celas, bem como em seus corpos. Isto é repetido por inúmeras vezes, uma vez que é feita a revista em todos os apenados que se encontram na galeria escolhida para realizar a vistoria. Há, ainda, um preso responsável por cuidar do plantão das chaves. Sua rotina é realizar o acesso dos outros presos às galerias e ao pátio[41].

As visitas acontecem quatro vezes por semana, nas terças-feiras e sábados e nas quartas-feiras e domingos. São separas em pequeno grupos individuais.

Segundo Dani Rudnicki, a organização nesse dia se faz do seguinte modo:

> Entregam a carteira de visita ao soldado que as coloca em uma caixa, separadas em ordem alfabética, vão ao portão do brete. O plantão das chaves abre a primeira grade, elas entram, ele fecha. Dá uma volta e abre a segunda grade, elas entram no pátio e logo param. O plantão das chaves fecha e volta. Ainda dentro do brete, a mulher avisa quem irá visitar e um preso grita o nome. O preso avisado “busca” a visita que está chegando para que ela entre no pátio; sozinha, ela não deve fazê-lo[42].

O sistema penitenciário de Porto Alegre tem um anexo, sendo que neste anexo consistem quatro pavilhões: G que, estão aqueles que praticaram crimes

---

[40] Correio do Povo. Disponível em < http://www.correiodopovo.com.br/blogs/dialogos/tag/presidio-central/> Acesso em 30 de março de 2018.

[41] RUDNICKI, Dani. **Três dias no Presídio Central de Porto Alegre O cotidiano dos policiais militares.** Disponível em < http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496557/000940646.pdf?sequence=1> Acesso em 30 de março de 2018.

[42] RUDNICKI, op. cit. Acesso em 30 de março de 2018. P. 55 e 56.

sexuais (pedófilos e duques), no H encontra-se gays e duques, I é composto por ex trabalhadores (que são presos vinculados a polícia) e J os idosos e os condenados por violência doméstica (Lei Maria da Penha). Um fato que se destaca é o de que as características destes pavilhões são melhores em comparação com os mais antigos, e ainda a forma que esses apenados são tratados é diferenciada, pois estes só andam com segurança nos corredores[43].

Ainda, segundo o estudo de Dani Rudniki, feito dentro do Presídio Central, nos pavilhões novos, os presos têm acesso ao pátio todos os dias, das 10 às 17h. E não precisam ser revistados pelo GAM[44].

Entretanto, o dia a dia dos apenados consiste em ficarem dentro de suas celas, podendo andar pelos corredores, e nas horas certas irem ao pátio, eles passam o dia percorrendo esse espaço e só são liberados para irem aos outros locais do presídio se necessitam ir ao médico ou quando precisam falar com seus advogados[45].

Em relatos feitos pelos policiais militares para Dani Rudnicki em sua pesquisa, declaram que quatro elementos são essenciais para a tranquilidade da prisão: alimentação, assistência jurídica, saúde e visita. Acrescentando a necessidade de admitir que também a permissão do uso de substâncias entorpecentes ilícitas seja fundamental[46].

De qualquer modo, vemos que o sistema penitenciário do Porto Alegre infringe os direitos humanos, não só dos apenados que lá se encontram, mas também dos que trabalham na administração do local. O presídio está abarrotado, assim cobrando um preço extremamente caro aos que lá se encontram.

Como dito anteriormente, dentro do Presídio Central existem as facções predominantes, essas denominados “Os Manos”, “Os Unidos pela Paz” e “Os Aberto”. Nesse contexto, ficam separados por galerias, onde ficam alojados em média duzentos homens, podendo variar em cada facção, sendo que deste alguns

---

[43] RUDNICKI. Dani. **Três dias no Presídio Central de Porto Alegre O cotidiano dos policiais militares.** Disponível em < http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496557/000940646.pdf?sequence=1> Acesso em 30 de março de 2018.p. 58.
[44] RUDNICKI, op. cit. P. 59.
[45] RUDNICKI, op. cit. P.60
[46] RUDNICKI, op. cit. p. 60.

tem ligações diretas com o comando das facções, auxiliando de dentro do sistema penitenciário os líderes, quando estes não se encontram também no local.

Quem comanda cada galeria é o chamado “prefeito”, tendo este a responsabilidade pelo controle e organização dos apenados, mantendo a ordem e o diálogo não só com estes, como também com a administração para manter a paz atrás das grades.

Vemos a descrição do autor Vinicius Ricardo Sallin, dos chefes dentro dos presídios:

> Aquele que fica entre as perguntas dos presos e a resposta da administração, entre a reivindicação dos grupos organizados e os encaminhamentos da segurança. O representante faz a negociação com agentes e presos, figurando fundamentalmente como elo de comunicação entre os grupos. É escolhido como representante pelos presos com o aval do grupo diretivo da segurança. Assim, é agente e parceiro na administração da casa e, também, líder dos presos na galeria[47].

Os grupos citados como de maior relevância que tiveram origem dentro do sistema penitenciário, surgindo da dissolução da facções denominada “Falange Gaúcha”, vem tendo um grande crescimento, tomando proporções significativas, inclusive no regime semiaberto e nas ruas de Porto Alegre[48].

Assim como se dividem qualquer outro grupo na sociedade, mesmo aqueles comuns sem origem criminosa, as facções também se dividem em semelhanças de crenças, ideologias, espécies de crimes cometidos, entre outras coisas.

Porém, há significativas disputas pelo controle do presídio, como explica Sallin:

> De maneira simplificada, pode-se dizer que, enquanto uma das facções colabora com a administração da Brigada, a outra tem como princípio não aceitar o controle, considerando-se inimiga do grupo da segurança ou de qualquer outro grupo organizado de presos. Existe ainda uma facção que não se posiciona nem contra nem a favor da administração do presídio e não considera os presos de outras facções como rivais[49].

---

[47] SALLIN, Vinícius Ricardo**. As Facções E O Grupo Da Segurança No Presídio Central De Porto Alegre: Relações Em Um Sistema Social Complexo.** Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Psicologia Programa De Pós-Graduação. Porto Alegre/Rs. 2008. P. 55.
[48] SALLIN, op. cit. P. 17.
[49] SALLIN, op. cit. P. 18.

Essas disputas vem sendo minimizadas ao longo do tempo pela forma em que é feita a divisão dentro das galerias, como relata o Promotor de Justiça da Execução Criminal, Dr. Gilmar Bortolotto, no documentário Central:

> A bastante tempo através de viam muito mais mortes dentro do presídio do que se vê hoje, uma das razões, não é a única, mas é uma delas, é que presos que não tinham compatibilidade com determinadas galerias, ou grupos, eram colocados lá, e eram executados, depois de sedimentado bem essa conclusão, o que nós fizemos foi fazer um requerimento demonstrando isso para o Juiz, e requerendo então que o Juiz determinasse à administração do presídio que questionasse sempre o preso que entra lá em que local ele pode ser alojado, o que acontece até hoje.[50]

Deste modo, pode-se até passar uma ideia de que isso acaba, de certa forma, ajudando as facções a se fortificar, mas o foco principal é a vida humana que agora se encontra naquele local, que já tem tantas dificuldades.

A falta de elementos mínimos para a sobrevivência dos apenados causa revolta em todos eles, sendo que o desleixo do Estado causa um grande reflexo na conduta dos que lá habitam, conforme Sallin:

> A precariedade e a omissão do Estado, no que diz respeito às condições de vida na prisão, incrementam a organização dos presos em grupos que constituem facções. O objetivo dessas é suportar a massificação ao preso, propostas pela instituição, e de fortalecer as reivindicações, no intuito de serem atendidas. Diante disso, os agentes de segurança, sem possibilidade de resistência ao poder das facções, dividem com as facções as decisões administrativas. A instituição, diante das circunstâncias, aceita a participação dos presos como estratégia para resolver problemas administrativos e como meio de sobrevivência diante do risco eminente de conflitos violentos[51].

Outro motivo que revolta os apenados é o fato em que são tratadas as visitas destes:

> Outras questionam decisões que competem ao poder judiciário, como, por exemplo, a reimplantação de revista íntima nos presídios, demora nas determinações judiciais de exames para troca de regime para presos que já atingiram o lapso temporal no regime fechado, questões burocráticas que dificultam a entrada dos visitantes e transferências dos líderes de facções para outras unidades[52].

---

[50] **CENTRAL – O poder das facções no maior presídio do Brasil.** Direção de Tatiana Sager e Renato Dornelles. Brasil: Panda Filmes, 2017. Porto Alegre. Documentário, 05’49”, son., col.
[51] SALLIN, Vinícius Ricardo**. As Facções E O Grupo Da Segurança No Presídio Central De Porto Alegre: Relações Em Um Sistema Social Complexo.** Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Psicologia Programa De Pós-Graduação. Porto Alegre/Rs. 2008. P. 61.
[52] SALLIN, op. cit. P. 20

Fica claro a situação degradante em que são submetidos os familiares dos apenados no momento da visita, atingindo totalmente a dignidade de quem está indo no local e causando revolta nos apenados ao verem a situação agravada.

2.3. O PAPEL DO ESTADO NA PRECARIEDADE DO SISTEMA PRISIONAL GAÚCHO

Em meio a uma realidade distorcida daquela que foi pensada no momento em que foi criado o Presídio Central de Porto Alegre, fica o questionamento em relação à qual é o papel do Estado nesse contexto em que ele vem contribuindo para o resultado que temos nos dias de hoje.

O direito à informação, que é direito de toda a sociedade, muitas vezes acaba sendo omitida pelo próprio responsável, não só por garantir a segurança, mas também a orientar e informar daquilo que está acontecendo com o sistema prisional.

No entendimento de Gilmar Bortolotto, o Estado contribui decisivamente para tal fato:

> [...] Porque se imagina que uma organização como esta tenha saído do nada, porque o Estado não lhe ofereceu a informação adequada para que ela possa saber como se cria, como se desenvolve uma organização como essa, como o Estado contribui decisivamente para que mostrengos como esse se criem dento do sistema prisional[53].

Nesse sentido, no momento em que o Estado cria uma barreira entre a sociedade e a realidade do sistema prisional, deixa de oferecer os dispositivos necessários para que possam decifrar a veracidade dos fatos, tendo uma falsa ideia de que o que acontece dentro do presidio é algo de conhecimento de todos.

Acredita-se que é inquestionável a responsabilidade do Estado com os apenados que se encontram no sistema prisional, no regime fechado, aberto ou semiaberto. Em nossa Carta Magna, a Constituição Federal mais precisamente em seu artigo 5º, XLVIII; é designado que a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado. Ainda, podemos ver no inciso XLIX que é assegurado aos presos o respeito à integridade

[53] BORTOLOTTO, Gilmar. **Relatório Azul 2006 – Garantias e violações dos direitos humanos no RS.** Assembleia Legislativa. Porto Alegre. 2007. P. 224.

física e moral[54]. Mais que isso, cabe sempre salientar que o alicerce da democracia do País se baseia no princípio da dignidade da pessoa humana, no artigo 1º, III da CF.

Porém, o que acontece de fato no sistema penal gaúcho exige grandes misérias e dificuldades, salientando a falta de zelo do Poder Público com aqueles que habitam o presídio. O Presídio Central de Porto Alegre/RS, por esse motivo, acabou virando exemplo de precariedade no País.

Temos a comprovação do desleixo do Estado perante aos apenados, uma vez que a decisão do Poder Judiciário Gaúcho ordenou o pagamento de indenização a família de um apenado, qual faleceu por falta de assistência devida. Eis a sentença:

> A saúde representa, no interior da instituição penitenciária, espaço isento de julgamento de valor e de questionamentos sobre merecimento, no qual o detento é tratado, ou deveria ser, como um paciente, uma pessoa autônoma e responsável por si mesma. [...] Trata-se de ação indenizatória proposta por Terezinha da Silva Peres em face do Estado do Rio Grande do Sul. A autora, na qualidade de mãe de Nilva da Silva Peres, vem propor a presente demanda objetivando ressarcimento por danos morais em face do falecimento de sua filha no cárcere, ocorrido em 20/11/2012. Refere que Nilva encontrava-se reclusa, em regime fechado, quando restou acometida de broncopneumonia, consequente a co-infecção por síndrome da imunodeficiência adquirida e tuberculose multirresistente. Refere tratamento inadequado por parte do Estado, tendo Nilva recebido precoce alta hospitalar, com consequente óbito. Tergiversa acerca da responsabilidade objetiva do ente público, da chance de cura que foi retirada de sua filha, requerendo sejam arbitrados valores compatíveis com a morte (fls. 02/07). [...]Sem preliminares, informa que a falecida Nilva deu entrada no sistema prisional em 05/03/1998. Diz do comportamento da falecida, ora empreendendo fugas, ora causando tumultos nas casas prisionais, o que ensejou diversos procedimentos disciplinares e transferências de penitenciárias. Contudo, o Estado jamais foi omisso em prestar o devido atendimento à falecida, o que se comprova pelas diversas transferências para atendimento médico. Refere inexistir prova de que a infecção pulmonar tenha sido contraída no sistema prisional, sendo que bactéria causadora da infecção é encontrada em diversos meios, e não só em estabelecimentos de custódia, sugerindo aleatoriedade quanto ao local da infecção. Informa o comportamento fugidio da falecida, o que dificulta e interrompe qualquer tratamento médico, agravada pela baixa imunidade da *de cujus*, portadora da síndrome da imunodeficiência adquirida. Finaliza dizendo que o Estado não é segurador universal, faltando apontar a incoativa uma omissão específica. Impugna os valores sugeridos a título de dano moral, requerendo a improcedência da ação (fls. 109/113). [...] Assim, estando a filha da autora a falecer em ambiente prisional, com pouco mais de 30 (trinta) anos, tendo o óbito ocorrido dois dias após receber “alta administrativa”, e não médica, por estar perturbando o ambiente hospitalar (fls. 56), poucas horas após dar entrada no nosocômio com “dispneia e

[54] BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Site Planalto < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 01 de abril de 2018.

> tosse com secreção amarelada" (fls. 42), cumpre reconhecer a responsabilidade civil do Estado. [...] Pelo exposto, ***julgo procedente*** a ação indenizatória movida por Terezinha da Silva Peres em face do Estado do Rio Grande do Sul, condenando o réu ao pagamento de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos nacionais vigentes à época da publicação da presente sentença, corrigido pelo IGPM-Foro desde a publicação e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação inicial. [...] Novo Hamburgo, 05 de março de 2014. Ramiro Oliveira Cardoso Juiz de Direito[55].

Os custos do Estado vão muito além do apenado que se encontra dentro do presídio, englobando também todo o entorno, como é trazido pela autora Fiona Macaulay:

> Os custos indiretos são ainda mais alarmantes. Embora as prisões sejam instituição fechadas, elas são, não obstante, altamente permeáveis por causa do trânsito de internos, carcereiros, policiais e parentes. Por isso, a ideia de que o problema do crime e da violência pode ser seguramente trancado atrás das grades é equivocada. Prisões que são violentas e permeadas pelo crime encubam doenças, tanto infecções físicas quanto patologias sociais, que elas exportam para a comunidade circunvizinha[...][56].

As circunstâncias em que os apenados se encontram, bem como a superlotação, consideradas cruéis, desumanas e degradantes, combinada com a falta de domínio do Estado, acabam impulsionando as rebeliões e fortalecendo as organizações criminosas, trazendo aos apenados aquilo que o Estado deixa de oferecer[57].

Não somente a superlotação causa problemas dentro do sistema prisional gaúcho, como também a falta de estrutura, sendo evidenciado que há esgoto à céu aberto no local. Como destacado na reportagem e entrevista feito pelo repórter Hygino Vasconcellos, site G1, ao Juiz da Vara de Execuções Criminais, Dr. Sidinei Brzuska:

> Além do esgoto, quem circula pelo local percebe clara desigualdade nas condições dos presos de galerias diferentes. Enquanto alguns tomam banho gelado por um cano de água, outros têm chuveiro e água quente. E celas com mais de 20 presos contrastam com espaços com um só morador. Tem pessoas que moram em celas vazias. Isso é controle interno da galeria. O estado não diz

---

[55] Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Processo 019/1.13.0004816-3. Disponível em <http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc:> Acesso em 01 de abril 2018.

[56] MACAULAY, Fiona. **Segurança Pública e Violência: O Estado está cumprindo seu papel?.** Editora Contexto. São Paulo. 2006. P. 17.

[57] MACAULAY, op. cit. P. 17.

> 'tu vai ficar nessa cela'. Não! O que o estado faz é abrir o portão e jogar para dentro e depois tu se vira[58].

Além disso, um fato que pesa no estado precário em que se encontra os apenados é a falta de base jurídica para ampará-los, uma vez que, em alguns casos, os presos nem deveriam estar no local em que se encontram, estando em pena de prisão preventiva há anos, ou ainda já tendo cumprido sua pena em regime fechado, mas permanecendo no local por falta de vagas.

Segundo Macauly:

> Sua frustração também é exacerbada pela falta de acesso a advogados e de informações sobre a sua situação jurídica e a morosidade e os erros da justiça, que resultam na manutenção de prisões preventivas, as quais podem somar mais tempo de detenção do que o decretado em suas sentenças, na manutenção da detenção para além de duas datas de soltura ou na negação de benefícios como a progressão de regime, devido à falta de vagas nos regimes abertos, assim violando seu direito ao devido processo legal[59].

Com o aumento da população carcerária o Estado perdeu o controle na prática da administração do presídio, tendo que tolerar a chefia e organização por parte das facções que dominam cada galeria local. Como relata Fiona:

> Nas últimas duas décadas, o Estado perdeu o controle em termos reais e operacionais de boa parte do sistema prisional, foi atropelado pelo crescente número de presos e sofreu a falta de investimento em infra-instrutura e pessoal. O controle das gangues ou dos sistemas informais de autoridades são toleradas nas prisões de vários países como forma conveniente de “dividir para governar” e delegar disciplina. Portanto, em muitos estados brasileiros, as autoridades não podem alegar que detenham, em última instância, o controle do sistema como um todo ou mesmo de cada presídio em particular [60].

Importante ressaltar, o que foi dito pelo Promotor de Justiça, em relação ao controle e ao comando dentro das galerias:

> Da porta para dentro da galeria o comando não é do Estado, isso tem que ficar bem claro, o comando é do crime, o comando é dos grupos, em algumas galerias mais em outras menos [...] isso é do ser humano, se organiza para sobreviver, como o nosso Estado oficial não está lá, tem um

---

[58] VASCONCELLOS, Hygino. **Esgoto A Céu Aberto E Desigualdade Marcam Cadeia De Porto Alegre.** Disponível em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2017/02/esgoto-ceu-aberto-e-desigualdade-marcam-cadeia-de-porto-alegre.html> Acesso em 03 de abril de 2018.

[59] MACAULAY, Fiona. **Segurança Pública e Violência: O Estado está cumprindo seu papel?.** Editora Contexto. São Paulo. 2006. P. 18.

[60] MACAULAY, op. cit. P. 20.

> Estado paralelo, falando em poder Executivo, Judiciário e Legislativo, tem regras claras em cada espaço, e quem não cumprir vai ser julgado e as penas são duríssimas, [...] e tem administração, tem arrecadação, tributos que são fornecidos, que é produto de crime, tráfico de entorpecentes, extorsão e etc.[61].

O que é, ainda, confirmado pelo Teólogo da Pastoral Carcerária da CNBB, Manoel Feio da Silva, relatando que o Governo sabe disso, todo mundo sabe disso, que ali é uma gestão compartilhada, a Brigada faz a parte dela, e os presos fazem a parte deles.[62]

Deste modo, vemos um sistema prisional falido e sem amparo do Estado, no qual já perdeu o controle do que ocorre dentro do presídio, bem como sem autoridade para demandar como será o andamento na rotina dos apenados, tendo somente o mínimo necessário de controle para, relativamente, obter uma convivência pacífica.

Segundo o Juiz, Dr. Sidinei Brzuska, as principais mortes se deram pela precariedade do sistema prisional, sendo 89% dos presos, morreram por questões de saúde, e 11% morreram por violência, as doenças são as transmitidas pelo ar, sendo respiratórias, tuberculose principalmente[63].

Ainda, afirma Brzuska, que quem faz a segurança dos apenados dentro do sistema penitenciário é quem controla a galeria/facções, tendo o poder de vida e morte daqueles que se encontram sob seus cuidados.[64]

---

[61] **CENTRAL – O poder das facções no maior presídio do Brasil.** Direção de Tatiana Sager e Renato Dornelles. Brasil: Panda Filmes, 2017. Porto Alegre. Documentário, 17’55”, son., col.
[62] CENTRAL – O poder das facções no maior presídio do Brasil. op. cit., 18’00”, son., col.
[63] CENTRAL – O poder das facções no maior presídio do Brasil. op. cit. 02’31”, son., col.
[64] CENTRAL – O poder das facções no maior presídio do Brasil. op. cit. 33’28’’, son., col.

3 UM OLHAR DE QUEM PROCURA O MELHOR ENTENDIMENTO DO ASSUNTO

Neste capítulo será relatado, através de entrevistas feitas, o entendimento daqueles que vivenciaram a rotina dentro do Presídio Central de Porto Alegre, sendo trabalhando, cumprindo pena, e pesquisando sobre o tema.

O objetivo é oferecer perspectivas que assim possamos ter uma ideia de como os envolvidos neste universo percebem o funcionamento do Presídio Central de Porto Alegre.

Durante o período de entrevistas, pode-se perceber semelhanças e diferenças relevantes em relação ao que acontece dentro do sistema penitenciário, mas o que fica evidente é o quanto a precariedade e falta de estrutura refletem no dia a dia de quem transita por lá, independente do motivo que o levou a frequentar o aludido local.

3.1. Policial Militar Aposentado

Como dito anteriormente, a Policia Militar foi instaurada como responsável pelo Presídio Central, como em outras instituições prisionais do Estado, após um marco na história. O que era anteriormente responsabilidade da Superintendência dos Serviços Penitenciários – SUSEPE, após 1995 ficou nas mãos da Policia Militar[65].

Foi realiza entrevista com Policial Militar aposentado, que trabalhou no PCPA entre 1997 até 1998, inicialmente na função de chefe de inspetoria, o que consiste no monitoramento da movimentação dentro do presídio, após sendo levado a supervisor.

> [...]existia um chefe que autorizava e esse chefe era eu, aí passado quatro ou cinco meses eu fui levado a categoria de supervisor, onde se tem o

[65] SALLIN, Vinícius Ricardo**. As Facções E O Grupo Da Segurança No Presídio Central De Porto Alegre: Relações Em Um Sistema Social Complexo.** Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Psicologia Programa De Pós-Graduação. Porto Alegre/Rs. 2008. P.18.

> acesso a toda a cadeia, minha movimentação era totalmente livre, e isso que me deu a facilidade de controlar muitas coisas[66].

Perguntado sobre como funciona desde a chegada de um novo apenado, até o momento em que ele se encontra em sua galeria, o Policial relatou que:

> No momento em que chega um novo apenado, é repassada esta informação, para que assim, quando um preso chegava lá, primário, ele era levado a sala de Triagem I, era passado para o plantão permanente na sala de triagem, nesse momento era visto onde ele poderia morar, com quem ele poderia se relacionar dentro da cadeia, porque tem "os contras"[67].

Assim como é trazido por Sallin, o "plantão" é o representante da galeria, sendo que é escolhido pelo grupo de apenados que estão comprometidos com a facção, uma vez que é observado sua capacidade de liderança, negociação e autoridade[68].

No mesmo sentido, é mencionado pelo entrevistado:

> No momento em que ele chegou é falado com o plantão, que é o preso responsável pela galeria, por ser mais fácil de se comunicar, não só por isso, mas também porque dá pra ele a vantagem de trabalhar dentro da cadeia, sendo que a cada três dias trabalhados reduz um dia na pena, por isso eles querem isso. Assim como tem em cada galeria os responsáveis pela faxina, pela comida, pelo trâmite de separar um preso com algum problema e trazer para nós, então todos esses que estavam nessa função, que é chamada de Prefeitura[69].

Cada galeria é separada pelo tipo penal do crime, se o apenado réu primário, religioso, ou ainda, pela facção que pertence, prezando sempre a máxima paz do local, no momento da triagem, já é conferido essas informações para aquele apenado residir no melhor local.

> Então a gente tinha essa preocupação de tentar né dentro daquele espaço que a gente tinha que era pouco, adequar não tivesse problema na

---

[66] COSTA, Paulo Gonçalves da. Entrevista I. [março. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

[67] COSTA, Paulo Gonçalves da. Entrevista I. [março. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

[68] SALLIN, Vinícius Ricardo**. As Facções E O Grupo Da Segurança No Presídio Central De Porto Alegre: Relações Em Um Sistema Social Complexo.** Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Psicologia Programa De Pós-Graduação. Porto Alegre/Rs. 2008. P. 17

[69] COSTA, Paulo Gonçalves da. Entrevista I. [março. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

> administração do andamento da cadeia, que era uma rotina. Mas isso não eximirá que outras vezes aconteça de alguém amanhecer "suicidou-se", o que sabíamos que não era, infelizmente o cara estava pendurado em uma corda lá numa janela altura que era impossível, mas a vida continua[70].

Do mesmo modo em que é levado em consideração o exposto acima, também vemos, a preocupação com a integridade física e com o bom andamento no local. As influências de fora do presídio também contam, uma vez que se o apenado já é conhecido por alguém de certa facção, poderá ficar no local.

> Assim, voltando ao ponto de onde ele poderia morar, se o cara era primário ele iria para um local onde ele fosse uma pessoa neutra, isenta, existia galerias assim né, porque tinha os "duque 13" que era só os estupradores, então ali eles não aceitavam outro que não fosse estuprador. Daqui a pouco, tinha lá o pessoal que é ligado a facção dos manos, o que tem conhecido já avisa "quando tu cair qualquer coisa que tu quer ajeita para ti morar lá", beleza os caras iam para lá, daqui a pouco um saia de uma galeria prometido, tinha que colocar no seguro de vida[71].

O que é reforçado por Ricardo Sallin, quando descreve a organização dentro do presídio:

> Quatro mil e duzentos presos em cinco pavilhões e dezoito galerias se organizam em grupos no interior da prisão. Os grupos são: os "Crentes", unidos pela prática religiosa evangélica ou católica, os "Duque", presos que praticaram crimes sexuais e criaram seu próprio espaço por não serem aceitos em nenhum outro grupo, e o grupo situado na galeria B2, que abriga indivíduos com nível de escolaridade superior, policiais civis, militares e funcionários penitenciários. [...] No Presídio Central, os grupos/facções são denominados "Os Manos", "Os Unidos pela Paz" e "Os Aberto"[72].

O policial entrevistado ainda expõe a importância da forma em que aqueles que cumprem penas são tratados. Uma vez que salienta o tratamento que ele realize, de sempre dar o máximo de assistência que lhe era possível, e como isso se revertia em confiança por parte do apenado.

> No momento da triagem era passado ao novo apenado que qualquer coisa que ele necessitasse, como contato com a família ou com o advogado, era para ser passado para mim, sendo eu a pessoa responsável lá dentro por ligar ele ao mundo lá fora, assim acaba de uma certa forma acalmando o preso. Como esse auxílio que eu prestava acabou virando uma certa rotina

---

[70] COSTA, Paulo Gonçalves da. Entrevista I. [março. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.
[71] COSTA, op. cit.
[72] SALLIN, Vinícius Ricardo**. As Facções E O Grupo Da Segurança No Presídio Central De Porto Alegre: Relações Em Um Sistema Social Complexo.** Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Psicologia Programa De Pós-Graduação. Porto Alegre/Rs. 2008. P. 17.

> com os presos que entravam, acabou me dando uma certa vantagem, pois eles sentiam confiança de chegar a mim e falar as coisas que aconteciam[73].

Sendo assim, mesmo estando, socialmente, em lados opostos, é possível a convivência pacífica, e até mais que isso, de certa cumplicidade, se assim pode-se dizer, por parte dos policias e dos apenados, uma vez que necessitam conviver no mesmo ambiente, dependendo um do outro para o bom andamento de suas rotinas.

No ponto de vista do policial, essa proximidade acabava lhe trazendo vantagens e ter o conhecimento do que estava acontecendo dentro das galerias, sendo que desta maneira os próprios presos relatavam os acontecimentos atuais e futuros do local.

> Essa questão de ter essa visão de que tu poderia ser o cara (pessoa) que auxilia, acabava que chegava muita informação, começou a chegar à informação de armamento, a respeito de quanto de munição que entrava intravaginal, celular, buraco que eles cavavam, que eram chamados de tatu, começavam a falar "os fulanos tão fazendo alguma coisa, e eu vou tentar descobrir" e aquilo vinha para nós pessoa cai bastante coisa, começamos a crescer dentro do presídio com base nessa informação, porque eles confiavam no trabalho que a gente fazia, a ideia sempre foi de quer evitasse o problema, fazendo um prevenção de uma forma mais tranquila, para que o serviço fluísse da forma que deveria ser[74].

Segundo Sallin, os objetivos da supervisão são:

> [...] receber, por parte dos presos representantes de galeria, reivindicações de caráter individual, como: providenciar atendimento técnico, incluindo médico, psicológico, social e jurídico, autorizar a entrada de materiais para artesanato ou equipamentos eletrônicos e informar o nome da pessoa que o preso quer que seja seu visitante ou, se necessário, fazer a troca desses nomes, além dos pedidos de transferência para outras unidades prisionais[75].

Quando questionado sobre ser tolerada a presença das facções dentro do presídio, sendo que efetivamente se sabe da existência delas. Foi declarado que:

> Sim, pensa bem em um universo de dois mil homens, na nossa trabalhavam diariamente com uma força policial em torno de cinquenta para dois mil

[73] COSTA, Paulo Gonçalves da. Entrevista I. [março. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.
[74] COSTA, op. cit.
[75] SALLIN, Vinícius Ricardo**. As Facções E O Grupo Da Segurança No Presídio Central De Porto Alegre: Relações Em Um Sistema Social Complexo.** Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Psicologia Programa De Pós-Graduação. Porto Alegre/Rs. 2008. P. 19.

> apenados, hoje em dia eu sei que é muito mais, naquela época eu tinha cinquenta, hoje os cara tá trabalhando com trinta “a pau e corda”, então o que tem que fazer algumas coisas tem que abrir mão[76].

A indispensabilidade de ambos os lados ceder é evidente, como exemplo a necessidade de admitir que há permissão do uso de substâncias entorpecentes ilícitas dentro do sistema penitenciário, sendo que não pode ser controlada totalmente sua entrada, mesmo sabendo de sua existência[77].

Salienta, também, o entrevistado, que se abre mão até certo ponto, levando em consideração que tudo tem um limite lá dentro, e tem que ser respeitado pelos apenados para não sofrerem consequências.

> Tipo a droga, não pode, mas tu sabe que ela entra, por alguma meio ou outro tá entrando, agora tem os drones, está uma “barbada” agora. Mas, o que se abria mão, por exemplo, bom queimaram fizeram motinho queimaram colchões, sabe que queima o colchão não é do prefeito nem da prefeitura né, é do infeliz que chegou ontem, que apanha na cara e limpa o chão, faz o que faz e não ganha remissão, a gente sabe que a pressão nessa forma tem que negociar com o prefeito e repor, abrir mão de algumas situações para que aquilo, por exemplo, ter o que chamavam de fogões, é um tijolo maciço que era botar uma resistência de chuveiro ali, aquilo era o fogão que ele tinha na cela, mas poderia ter no máximo de seis fogões por galeria, acabava acontecendo que as vezes tinham vinte ou trinta, nós também tínhamos que abrir mão, nós também não podia chegar sem apertar, a gente fazia nas revistas baixava todo mundo pátio aquilo tudo pronto para a gente ir, achava as coisas e depois daí fazia negociação, aí era deixado algumas coisas outras não, para também não passarem dos limites[78].

Assim, quando é colocado um número elevado de presos dento de uma cela, não pode-se esperar que não vá haver celular, droga, arma ou munição[79].

---

[76] COSTA, Paulo Gonçalves da. Entrevista I. [março. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

[77] RUDNICKI, Dani. **Três dias no Presídio Central de Porto Alegre O cotidiano dos policiais militares.** Disponível em < http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496925/RIL193.pdf?sequence=1#page=50>. Acesso em 22 de abril de 2018.

[78] COSTA, Paulo Gonçalves da. Entrevista I. [março. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

[79] BORTOLOTTO, Gilmar. **Relatório Azul 2006 – Garantias e violações dos direitos humanos no RS.** Assembleia Legislativa. Porto Alegre. 2007. P. 234.

Adentrando ao papel do Estado, foi perguntado se, na opinião do policial, a falta de recursos e de assistência repercute diretamente na situação do sistema penitenciário porto-alegrense.

Neste sentido, foi relatado que é notável as situações como esgoto a céu aberto, uma vez que não são só os apenados que estão lá dentro, são policiais, familiares, é o pessoal que trabalha, todo mundo acaba pagando o preço por causa do Estado não dar suporte[80].

Ainda, Sallin enfatiza que a omissão do Estado contribui com o crescimento das facções.

> A precariedade e a omissão do Estado, no que diz respeito às condições de vida na prisão, incrementam a organização dos presos em grupos que constituem facções. O objetivo dessas é suportar a massificação ao preso, propostas pela instituição, e de fortalecer as reivindicações, no intuito de serem atendidas[81].

A ideia de como é constituído um sistema prisional ideal já é de conhecimento universal, mas o fato da realidade ser o oposto do mínimo aceitável é o que incomoda, o pensamento de ressocialização se encontra em um plano futuro, o qual não se tem noção se um dia poderá ser alcançado.

> [...]mas a visão do "top" de como deveria funcionar todos tem da recuperação do preso da ressocialização tudo aquilo é a teoria que todos sabem, mas a realidade é aquela, que a decisão infelizmente é política, e essa decisão que eles acham que reverte a situação é de construir presídios, e não é, seria o trabalho realmente cima do preso[82].

No entendimento do questionado, não só os erros do Estado dentro do PCPA refletem na situação, mas também da situação a falta de estrutura do Executivo e Judiciário.

---

[80] COSTA, Paulo Gonçalves da. Entrevista I. [março. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

[81] SALLIN, Vinícius Ricardo**. As Facções E O Grupo Da Segurança No Presídio Central De Porto Alegre: Relações Em Um Sistema Social Complexo.** Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Psicologia Programa De Pós-Graduação. Porto Alegre/Rs. 2008. P. 61.

[82] COSTA, Paulo Gonçalves da. Entrevista I. [março. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

> A lei funcionar para que não vá preso, é uma série de fatores que acaba resultando nisso, tem que trabalhar em cima de onde está o problema, começando que a lei não funciona, processos de que tá errado e aí uma série de fatores que vai criando uma a bola de neve, vai acumulando e daqui a pouco tu sabe que não vai surtir efeito e a cadeia vai tá cada vez mais cheia, sendo que ele sabe que tem mais quarenta e poucos mil mandados aí que não foram cumpridos, porque aí tu pensa assim, alguém que não tem facção mas cai lá dentro porque dirigiu embriagado, porque não pagou pensão alimentícia, só que a partir do momento em que tu entrou lá dentro ocorre uma troca, é feito a pergunta "qual é a tua facção", e a pessoa diz não sou de facção nenhuma, lá dentro tu vai ter que escolher um lado, tu não tá a meu favor tu tá contra automático, tu entra no crime e quando sair de lá tem que pagar a mensalidade, tem um preço a pagar para continuar, mas tu nunca vai estar livre, agora tu faz parte daquilo, enraizou e tu não vai te livrar, tu vai ter que mandar a tua contribuição, isso é dos males o menor, porque se de repente tu estás lá dentro, e se um chefe se agradar da tua visita, ou quer a tua visita ou quer que a tua visita leve alguma coisa para ele, o sistema é podre e o apodrecido e não recupera ninguém, ele só aumenta seus tentáculos[83].

O exposto acima, se assemelha ao entendimento de Vinícius Sallin, mas este por sua vez acrescenta que a sociedade tem sua parcela, uma vez que tem culturalmente a compreensão de o certo ser punir, sendo que aceita o que é feito e a forma utilizado pelo Estado no tratamento com aqueles que estão no sistema penitenciário.

> Assim, existe uma simetria nas posições dos órgãos estatais responsáveis pela administração PCPA com o que a população em geral compreende como um sistema penal, e mais, se a demanda da sociedade não passa por soluções na área penitenciária, o Estado, por questões políticas, tende, também, a não reconhecer isso como uma demanda. Como refere o funcionário da promotoria de execuções criminais: "[...] as pessoas não cobram e por não cobrarem o Estado não faz". Assim, é possível entender que o Estado e a sociedade constituem o contexto do qual fazem parte as facções e suas relações no presídio e, também, conceber o sistema prisional e o PCPA como um sistema complexo, quando se percebe as interações e as ligações entre elementos em rede para produzir o fenômeno como uma emergência, no caso, o fenômeno das facções[84].

O policial militar aposentado enfatizou diversas vezes a importância do tratamento dos apenados, tendo questionado o método utilizado dentro do presídio e ainda ser esperado que neste contexto haja ressocialização do preso.

---

[83]COSTA, Paulo Gonçalves da. Entrevista I. [março. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

[84] SALLIN, Vinícius Ricardo**. As Facções E O Grupo Da Segurança No Presídio Central De Porto Alegre: Relações Em Um Sistema Social Complexo.** Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Psicologia Programa De Pós-Graduação. Porto Alegre/Rs. 2008. P. 61.

Em um ambiente em que não há o mínimo de humanidade no trato dos seres humanos que ali se encontram, como será esperado que após sair dali aquela pessoa não volte a cometer delitos, ou ainda, não faça mais parte de uma facções, uma vez que o crime organizado lhe forneceu aquilo que o Estado deixou de lhe prestar.

> Por isso que eu te disse, parece que eles (Estado) entendem que, para dar volta (modificar) a execução do presídio, não é recuperar o preso, porque se fosse seria um outro trato e outras pessoas fazendo esse tipo de trabalho, não cara escolhido por quantos votos ele teve. O Juiz da VEC, o Brzuska, que deveria cuidar disso, quantos anos ele está no sistema, ele conhece tudo funcionalidade da coisa, sabe com quem trabalhar e como trabalhar. Os apenados andam anos luz na frente do sistema, tu não tem o que fazer contra isso, porque lá dentro da galeria por mais que tu queira dizer que vai ser fechado naquela cela de dois por três (metros), alguém vai ter que coordenar isso, e para o Estado, hoje em dia, infelizmente, é a forma da coisa ser feita, pelo menos para amenizar, só não pode colocar fogo, se colocar fogo ai vai ser diferente a coisa, é humanamente impossível, com esses números controlar, acho que eles construíram uma pavilhão novo do tempo que eu sai até hoje, na época a capacidade era em torno de 1509 (presos) e estava com dois mil e trezentos, fora o hospital penitenciário, lá ficavam o pessoal mais "calmo", se assim posso dizer[85].

O Estado além de tolerar o poder das facções dentro do Presídio Central, também depende delas, uma vez que a organização dentro das galerias é feita pelos chefes e não pela administração.

> As facções, com suas ações e peculiaridades nas relações com a segurança, configuram-se nas políticas de administração das casas prisionais e, por sua vez, formam a política do Estado para o sistema penal. Entretanto, desse modo o Estado depende dessa dinâmica dos grupos no sistema para existência do sistema penitenciário[86].

3.2. Ex-apenado

Prezando o entendimento de ambos os lados, foi entrevistado um ex-apenado, que cumpriu pena no Presídio Central de Porto Alegre, durante 1 ano e 2

---

[85] COSTA, Paulo Gonçalves da. Entrevista I. [março. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

[86] SALLIN, Vinícius Ricardo**. As Facções E O Grupo Da Segurança No Presídio Central De Porto Alegre: Relações Em Um Sistema Social Complexo.** Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Psicologia Programa De Pós-Graduação. Porto Alegre/Rs. 2008. P. 62.

meses, levantando as questões centrais de quem vivenciou por meses os acontecimentos e sentiu os efeitos do sistema prisional e das facções.

O que seria correto, no momento em que chega um novo apenado é que, após o ingresso no presídio, os aprisionados passe pela triagem no setor e, conforme informações coletadas, serão, ou não, encaminhados[87].

Mas, o que foi relatado pelo entrevistado, após ser questionado sobre como foi sua chegada no presídio, nos mostra uma realidade diversa, sendo que o local adequado para permanecerem o apenado depois de seu ingresso seria o setor de triagem, e muitas vezes não é o que ocorre.

> Cheguei fui para um jumbo, com um monte de preso que já eram todos residentes, estavam voltando várias vezes, ai dali eles fazem a identificação, depois eles distribuem para as galerias. Eu fui para a galeria de primário, chegando na galeria de primário tem o jurídico que atende e ele que escolhe a cela que tu vai. Eu cheguei em um dia de visita, então tinha um monte de gente no pátio, e no final da visita, de tarde, subi galeria[88].

Sendo indagado se houve o questionamento no momento da sua chegada sobre pertencer a alguma facção, o ex-apenado relatou que não, que foi encaminhado diretamente a galeria de réu primário, por não ter antecedentes, após ser colocado no pátio que lhe perguntaram nome, cidade e o crime[89].

A organização dentro das galerias, é feito através das “prefeituras”[90]. Assim como é mencionado pelo entrevistado:

> Cada galeria tem o plantão, que eles chamam de prefeito em alguns lugares, e ele tem os “braços” dele dentro da galeria, e a Brigada não entra dentro das galerias nem no pátio, e é tudo separado, cada facção tem a sua galeria[91].

---

[87] RUDNICKI, Dani. **Três dias no Presídio Central de Porto Alegre O cotidiano dos policiais militares.** Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496925/RIL193.pdf?sequence=1#page=50>. Acesso em 22 de abril de 2018.

[88] G. V.D. Entrevista II. [abril. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

[89] G. V.D. Entrevista II. [abril. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

[90] RUDNICKI, Dani. **Três dias no Presídio Central de Porto Alegre O cotidiano dos policiais militares.** Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496925/RIL193.pdf?sequence=1#page=50>. Acesso em 22 de abril de 2018.

[91] G. V.D. Entrevista II. [abril. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

Como era primário, o ex-apenado foi encaminhado para a galeria específica, sendo adotada esta postura para manter a ordem dentro do presídio. Como explica Azevedo e Cipriani:

> As galerias do Presídio Central são divididas entre presos vinculados a facções e presos que não têm tal vínculo e devem ser mantidos separados das mesmas. Os motivos de separação são vários. Os presos que estão participando do Projeto Desintoxicação devem ser mantidos separados de todos os outros para conseguirem manter o tratamento; os ex-integrantes do Sistema de Segurança Pública – policiais e agentes penitenciários - devem ser mantidos separados por questões de segurança; os com ensino superior, são mantidos em celas especiais por definição na legislação; os primários são mantidos separados para não serem cooptados pelas facções, embora muitos já estão vinculados em alguma e optem por abrir mão da galeria separada [...][92].

Sendo relatado como era a composição desta galeria dos primários:

> Era tudo misturado, ficava só primário, mas tem assaltante, sequestrador, homicida, tem tudo lá dentro, só que ai a galeria é controlada, tipo ela tem um dono, e alguém tem que cuidar dessa galeria, se não tem ninguém dentro que faz isso eles mandam de outro presídio para cuidar daquela (galeria). Dentro das galerias tem cantina, os caras que cuidam do portão, caso alguém queira invadir a galeria, tem o pessoal das panelas, quando tem que subir as comidas, eles descem para servir ou outros presos, ai fica tudo separado por celas[93].

Os presos que recebem visitas, comem os alimentos trazidos de fora do Presídio Central, tendo também a opção de comer o que tem na cantina. No caso, dentro das galerias, quem não recebe visita tem que se alimentar da comida que é feito dentro do presídio, que é responsabilidade do chamado paneleiro, buscar e levar para as celas[94].

No mesmo sentido, é o entendimento dos pesquisadores Azevedo e Cipriani:

> No interior do PCPA, por sua vez, a questão também se apresenta. Por exemplo, destaca-se que existe uma cantina, na qual encontram-se itens de gênero alimentício e de higiene, dentre outros, oferecidos para a aquisição

[92] PASSOS, Iara Cunha. **A Brigada Militar No Presídio Central De Porto Alegre: O Trabalho Do Policial Militar E A Mediação De Conflitos.** Porto Alegre. 2017. p. 68. Disponível em < http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157056/001016049.pdf?sequence=1> Acesso em 22 de abril de 2018.
[93] G. V.D. Entrevista II. [abril. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.
[94] G. V.D. op. cit.

> dos apenados. Mas, dado que seria inviável conceder permissão de acesso a todos os presos a tal localidade, cada galeria do presídio conta com a "figura de um cantineiro", aquele que irá efetuar as compras coletivas[95].

Correlato ao horário em que os presos poderiam utilizar o pátio e de que forma é feito a divisão dos horários por galeria, informou que:

> Quando eu estava lá, era a primeira do F e a segunda do F que era de primário, era tudo junto e dia de visita também, só a terceira (Pavilhão F) que era dos "Bala" ficava separado. O horário era sempre invertido, se nós íamos de manhã eles iam de tarde[96].

Como mencionado anteriormente, é visível o fato de que o Estado tem sua parcela de culpa, através de omissão, com a precariedade que se encontra o sistema penitenciário, bem como o crescimento das facções no PCPA.

Uma vez que o Estado deixa de cumprir seu papel, aqueles apenados que tem a possibilidade de fornecer o mínimo básico para a sobrevivência acabam tomando esse papel para si, cobrando sempre um preço por essa assistência.

Conforme Sallin:

> O Estado renúncia, em parte, à ação de gerenciador do sistema penitenciário, delegando poder aos presos. O administrador, na resolução dos problemas da prisão, não pode contar com a participação do Estado. Diante disso, algumas das soluções encontradas ocorrem com a participação dos presos representantes de galeria na 54 administração da prisão. O Estado indiretamente transfere poder ao grupo para manter a ordem e o equilíbrio no presídio[97].

Pensamento que se assemelha ao do ex-apenado:

> A situação é precária, o Estado quebrado não tem como manter o presídio, os presos (facção) tem como (manter) então eles vão dando as regalias, uma coisa vai levando a outra, não tem o que fazer, é muito preso que fazem o que querem lá dentro, eles que controlam o Presídio na verdade[98].

---

[95] AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli; CIPRIANI, Marcelli. **Um Estudo Comparativo Entre Facções: O cenário de Porto Alegre e o de São Paulo. Sistema Penal & Violência.** Revista Eletrônica da Faculdade de Direito PUCRS. Porto Alegre. v 7. n 2. p. 167. 2015.

[96] G. V.D. Entrevista II. [abril. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

[97] SALLIN, Vinícius Ricardo**. As Facções E O Grupo Da Segurança No Presídio Central De Porto Alegre: Relações Em Um Sistema Social Complexo.** Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Psicologia Programa De Pós-Graduação. Porto Alegre/Rs. 2008. P. 54/55.

[98] G. V.D. Entrevista II. [abril. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

O convívio entre apenado e polícia militar se mantem na maioria das vezes de forma tranquila, com respeito, porém cada um ocupa seu espaço, sem invadir o do outro, tendo contato apenas quando necessário[99].

Em concordância com Azevedo e Cipriani:

> Já em Porto Alegre a situação se dá de forma bastante ambígua: se, por um lado, indivíduos presos entrevistados apontaram uma transformação nas relações com os policiais nos últimos anos, pois "o diálogo é bom para todos" (AP02), e policiais questionados afirmaram que "antes, em certas galerias, tentávamos falar com eles e eles viravam a cara, ignoravam. Hoje não tem mais isso, porque a comunicação e os acordos são essenciais para os interesses de ambas as partes" (PM03)[100].

Uma das coisas mais preservadas e cobradas entre os presos é o respeito no dia de visita, sendo que é necessário passar o dia de cabeça baixa, bem como não é tolerado contato entre outros presos com o apenado que se encontra com visita no momento[101].

O que pode-se constatar com isso é as inúmeras regras que tem nesse universo e como são respeitadas por aqueles que lá se encontram, ao contrário do que se pode pensar, o respeito acaba se fazendo presente muitas vezes mais do que fora dos muros da prisão.

> Uma das ocorrências que surge de maneira consonante em praticamente todos os estudos centrados na temática carcerária – e que se repete, a seu termo, tanto no caso do PCC, quanto em Porto Alegre – é o respeito ofertado não apenas às mulheres mas, principalmente, às mulheres que são visitantes de outros presos[102].

O entrevistado, ainda confirma o quanto o respeito entre apenados, sendo dia de visita ou não, é colocado em primeiro lugar, relatando que não pode levantar a camiseta, não pode ficar sem camiseta no dia de visita. Mas, mesmo mudando

---

[99] G. V.D. op. cit.

[100] AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli; CIPRIANI, Marcelli. **Um Estudo Comparativo Entre Facções: O cenário de Porto Alegre e o de São Paulo. Sistema Penal & Violência.** Revista Eletrônica da Faculdade de Direito PUCRS. Porto Alegre. v 7. n 2. p. 169. 2015.

[101] G. V.D. Entrevista II. [abril. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

[102] AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli; CIPRIANI, Marcelli. **Um Estudo Comparativo Entre Facções: O cenário de Porto Alegre e o de São Paulo. Sistema Penal & Violência.** Revista Eletrônica da Faculdade de Direito PUCRS. Porto Alegre. v 7. n 2. p. 169. 2015.

muito do plantão de cada galeria, se for colocado, aquelas regras tem que ser seguidas na sua integralidade[103].

Ainda, em relação ao uso de drogas ilícitas, relata que tem de todos os tipos dentro das galerias, quem tem dinheiro para comprar, pode usar. Conta, também, que na sua opinião chegou em um ponto que querer mudar tudo é muito difícil, não tendo mais como[104].

Relembra que foi feito pelo programa de televisão, Profissão Repórter, uma reportagem sobre o Presídio Central:

> [...] eles entraram ali nos "jaleco", como é chamado quem trabalha dentro do presídio, eles não foram lá dentro mesmo, onde está acontecendo tudo, onde é feio mesmo não foram. Então aquilo é pouco, é o que eles mostram, quando eles vão fazer uma reportagem, mandam os presos tudo descer das galerias para eles subirem para ver como que é[105].

A superlotação é algo crucial para atual situação do Presídio Central, juntamente com a precariedade do local e a omissão do Estado se faz o cenário que temos hoje, um caos dentro do sistema penitenciário gaúcho.

3.3. Jornalista Renato Dornelles

Analisando o entendimento de quem estuda e investiga sobre o assunto, foi realizada entrevista com o jornalista Renato Dornelles, autor do livro Falange Gaúcho e Codiretor do filme Central – o poder das facções no maior presídio do Brasil.

Neste sentido, lhe foi questionado a respeito de que forma pode-se entender a lógica das facções criminosas, foi exposto pelo entrevistado diversas características dessas organizações, porém ressalta que no Rio Grande do Sul o diferencial é ter no mínimo uma galeria de dentro do Presídio Central sobre o poder de cada facção gaúcha:

---

[103] G. V.D. Entrevista II. [abril. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.
[104] G. V.D. op. cit.
[105] G. V.D. op. cit.

> As principais características das facções criminosas é a existência de um mínimo de organização, de um comando, centralizado ou dividido em subcomandos, a atuação em mais de uma atividade ilícita (como tráfico de drogas, tráfico de armas, assaltos a bancos e roubos de carros, por exemplo), bases territoriais definidas (principalmente no que diz respeito ao tráfico de drogas), poderio bélico, acumulação de capital e lavagem de dinheiro. No Rio Grande do Sul, há uma característica definidora, que é de ter ao menos uma galeria sob seu controle no Presídio Central[106].

Em relação as mudanças que ocorreram ao longo dos anos dentro do Presídio Central, pode-se se destacar, aos olhos do jornalista Renato Dornelles a grande evolução do crime organizado.

> Dentro do Presídio Central, as facções evoluíram em termos de organização, criaram verdadeiros cartéis ao lotearem as galerias e diminuíram os conflitos internos. Inclusive, houve acordos, mediados pelo Poder Judiciário e pelas sucessivas direções do presídio, para que não houvesse mais mortes no presídio[107].

Uma vez que a administração dentro das galerias são realizadas pelas próprias facções, crimes como assaltos e execuções acontecem tanto dentro do sistema prisional, quanto fora dele, sendo salientado ainda mais o poder desses grupos.

> Nessa sistemática, transformaram as galerias em verdadeiros escritórios de negócios, nos quais obtêm lucros exorbitantes. Para tanto, comercializam drogas, extorquem presos e familiares, entre outras formas de obtenção de dinheiro. Além disso, passaram a comandar, do interior do Presídio Central, crimes praticados nas ruas, como assaltos e execuções[108].

Reforçando o assunto supra citado, é a reportagem feita por Isabel Marchezan, para a revista online Veja:

> Acertos entre presos e autoridades para evitar rebeliões e manter a paz intramuros raramente deixam provas. Mas no Presídio Central de Porto Alegre, um dos piores do Brasil, esses acertos se institucionalizaram e aparecem até nos registros oficiais do sistema prisional gaúcho. Documentos obtidos por VEJA revelam que algumas mulheres têm prioridade para entrar no complexo – não precisam pegar a longa fila que se forma desde a madrugada na calçada – e recebem benefícios na revista,

---

[106] DORNELLES, Renato. Entrevista III. [maio. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.
[107] DORNELLES, op. cit.
[108] DORNELLES, op. cit.

> como o direito de levar sacolas (que, para as visitas comuns, podem ser barradas na porta)[109].

Muito cogitado, por governantes e pela sociedade, é a desativação total do Presídio Central, o que a muitos anos vem sendo falado que deverá ocorrer, porém questionando o jornalista a respeito desse assunto, podemos ver uma opinião coerente, sendo que a desativação não é a solução para acabar com os problemas do sistema prisional gaúcho:

> Há mais de 20 anos que a desativação do Presídio Central é prometida. Dois últimos seis governadores do Estado, incluindo o atual, apenas um, Olívio Dutra, não prometeu desativá-lo. Em uma entrevista que fiz com ele (Olívio Dutra) perguntei exatamente isso: por que em seu governo não cogitou o fim do Presídio Central. Ele me respondeu: e colocar onde os presos? Concordei, pois atualmente já há um déficit de mais de 12 mil vagas no sistema prisional gaúcho. Presos já estão ficando em celas de delegacia e até em viaturas policiais. Aí, o que fazer, nessa situação, com os 4.650 presos do Central? No governo Tarso Genro, foi derrubado um pavilhão inteira, aumentando a falta de vagas. É preciso planejamento, justamente para que não se transfira os presos do Central de forma impensada, o que pode, entre outras consequências, expandir as facções para outras prisões[110].

Como podemos ver na reportagem do jornal Zero Hora, onde relata com uma variedade de informações referentes a uma possível desativação do Presídio Central, do qual já duram mais de duas décadas:

> A promessa de desativar o Presídio Central de Porto Alegre está próximo de completar duas décadas sem que nenhum dos cinco governadores que passou pelo Palácio Piratini nesse período tenha conseguido cumpri-la. Vendo que seria impossível esvaziar por completo a cadeia até o fim do ano, em setembro a Secretaria de Segurança Pública revisou a meta: pretendia terminar 2014 com 2 mil presos no Central, lotação para a qual o presídio foi projetado. Mas nem isso será possível.[111]

Assim, para poder ser solucionada as falhas no Presídio Central é fundamental iniciar um trabalho para médio ou longo prazo. Sendo este de

---

[109] MARCHEZAN, Isabel. **Presos Estão No Comando Do Presídio Central De Porto Alegre.** Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/presos-estao-no-comando-do-presidio-central-de-porto-alegre/>. Acesso em 10 de maio de 2018.

[110] DORNELLES, Renato. Entrevista III. [maio. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

[111] **Desativação Do Presídio Central Ainda Está Longe Do Fim.** Disponível em < https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/12/Desativacao-do-Presidio-Central-ainda-esta-longe-do-fim-4657094.html> Acesso em 10 de maio de 2018.

purificação de muito tempo, até que a forma o controle da prisão volte efetivamente ao Estado, sem riscos de retomada por parte das facções[112].

No que tange o poder do Estado, como já analisado acima, o pensamento de quem viveu ou quem procura entender de forma mais aprofundada sobre o assunto, a posição é unanime, uma vez que a omissão do Estado cada vez aumenta, e como consequência o poder das facções aumenta junto.

> Efetivamente, vi muito pouca coisa positiva nesse período. Efetivamente, muito pouco foi feito para melhor o sistema prisional, principalmente porque é um setor do Estado que não dá voto. Vi o sistema se degradar, aumentar a população carcerária e os presídios ficarem cada vez mais superlotados, vi as facções se expandirem, ampliarem o seu poderio e muito pouco, ou quase nada, ser feito para resolver os graves problemas[113].

Deste modo, a falta de recurso, ou ainda a falta de investimentos, ajudam a fortalecer as facções, uma vez que, quanto menos o Estado investe em segurança no presídio, maior será o descontrole dentro desse sistema. Consequentemente, o crime aumenta dentro e fora do sistema penitenciário, valendo-se da omissão do Estado.[114]

Conforme o assessor de direitos humanos da Anistia Internacional Brasil, Sr. Alexandre Ciconello, traz a ideia de que o sistema penitenciário é desgovernado e violento, e assim, por óbvio, não ressocializa os presos:

> A punição ainda é vista pela sociedade brasileira como uma espécie de vingança. A indiferença, a omissão ou mesmo o consentimento da sociedade e dos agentes públicos com a barbárie existente no sistema penitenciário é a principal barreira para a sua transformação. Assim, superlotação, torturas, precárias condições de higiene, revistas vexatórias em familiares, incluindo crianças, e toda a sorte de punições para quem cometeu delitos são, infelizmente, legitimados, ainda que de forma velada, por uma parte da sociedade.[115]

---

[112] DORNELLES, Renato. Entrevista III. [maio. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.
[113] DORNELLES, op. cit.
[114] DORNELLES, op. cit.
[115] CICONELLO, Alexandre. **Presídios: Omissão Do Estado, Indiferença Da Sociedade.** Disponível em <https://www.revistaforum.com.br/digital/131/presidios-omissao-estado-indiferenca-da-sociedade/>. Acesso em 10 de maio de 2018.

As facções criminosas, segundo Renato, dependem da mídia para reforçar o seu poder de força perante a sociedade, sendo assim eles mesmos procuram aparecer de diversas formas quando não estão mais como assunto falado perante as pessoas no geral.

> As facções, de uma forma geral, necessitam de certa publicidade, pois é assim que se expandem normalmente. No Rio de Janeiro, quando estava fora da mídia, o Comando Vermelho realizava alguma ação ousada, como metralhar um prédio da prefeitura e assumir a autoria do atentado para virar notícia. Em São Paulo, o PCC chegou a sequestrar um repórter da TV Globo para exigir, em troca da libertação, a exibição de um vídeo de facção. Em relação à sociedade, de uma forma geral, procuram demonstrar poderio, demonstração de força, o mesmo valendo em relação às facções rivais[116].

Portanto, vemos uma visão ampla e com uma base sólida, qual foi trazida pelo jornalista Renato Dornelles, ilustrando um cenário caótico e falido, onde as facções acabam tendo uma elevado crescimento, e se valendo da omissão do Estado, para que assim tenham cada vez mais poder dentro e fora das grades.

[116] DORNELLES, Renato. Entrevista III. [maio. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posteriormente aos estudos referentes ao grande crescimento das facções criminosas, podemos perceber que esse fato sucede por diversos fatores, sendo que o Estado possui a maior parte de responsabilidade, tanto por não fornecer a estrutura necessária para os órgãos competentes, como também pela quantidade insuficiente de policiais militares para fazer a segurança do presídio, assim de forma indireta acabam colaborando para o crescimento desses grupos de crime organizado.

A grande importância desse tema, muito delicado, se assim pode-se dizer, é o fato de poder passar as condições e a origem verdadeira do problema carcerário gaúcho, uma vez que, conforme relatado pelos entrevistados, o que é trazido pela mídia para a sociedade é só um pequeno pedaço do que realmente acontece através dos muros da prisão.

Foi visto, ainda, uma linha paralela entre os entendimentos dos doutrinadores com o que foi trazido pelos entrevistados, aqueles por sua vez que estiverem no local, cada um por seu motivo, o que nos mostra é que se tem conhecimento dos fatores e circunstâncias lá encontradas.

O que fica claro é o fato de que, no momento atual, não há o que se falar em ressocialização, sendo que não se tem estrutura básica para restaurar uma pessoa que entrou no crime, por qualquer seja o motivo, para lhe trazer de volta a sociedade, ressaltando sempre que alguns ex-apenados seguem suas vidas posteriormente ao cumprimento da pena longe das facções.

O Estado está omisso ao que acontece no local, não tendo bases para conter o crescimento das facções, deste modo, essas ganham forças levando aos apenados tudo que precisam para sobreviver ao sistema prisional, deixando claro que o preso a ser pago é a fidelidade dentro e fora das grades.

A superlotação é uma afronta aos direitos humanos, no momento que se coloca trinta pessoas para viver em um local que teria espaço para oito, não está somente sendo cumprida a pena pelo crime que aquele indivíduo cometeu, mas também lhe tirando a dignidade de ter um local adequado para que assim pague pelos seus crimes.

As regras seguidas dentro do presídio não são dadas por aqueles que fazem a segurança do local, mas sim do plantão de cada galeria, sendo que cada uma segue uma doutrina ou lei, conforme lhe for passado pelo responsável local, mostrando mais uma vez que o Estado não possui o mínimo controle do presídio e do que ocorre dentro de cada galeria.

Por fim, fica evidente o caos em que está, e sempre esteve, o Presídio Central de Porto Alegre, que já teve sua desocupação imposta há anos, e no caminho inverso, continua recebendo apenados todos os dias, sem as condições mínimas de ressocialização e muito menos de sobrevivência.

Importante ressaltar que somente será entendido pela sociedade como um todos os motivos pelos quais se fala tanto em condições mínimas de sobrevivência quando essas pessoas tiverem a oportunidade de presenciar de perto o que acontece dentro de um sistema prisional falido e caótico, e o que esperar uma pessoa entre lá para cumprir sua pena e saia totalmente restaurado e arrependido é meramente ilusório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. SALLA, Fernando. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC.** Estudos avançados, 2007, p. 09 e 10.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli; CIPRIANI, Marcelli. **Um Estudo Comparativo Entre Facções: O cenário de Porto Alegre e o de São Paulo.** Sistema Penal & Violência. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito PUCRS. Porto Alegre. v 7. n 2. p. 164 e 169. 2015.

BARCELLOS, Caco. **Abusado: O dono do morro Dona Marta.** 25º ed. Rio de Janeiro: Record. 2014. p. 293.

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado: imanência e transcendência no PCC.** Dissertação (mestrado em Antropologia). Departamento e Antropologia – Universidade Federal de São Carlos. 2009 p. 52-53.

BORTOLOTTO, Gilmar. **Relatório Azul 2006 – Garantias e violações dos direitos humanos no RS.** Assembleia Legislativa. Porto Alegre. 2007. P. 221, 224, 234.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** Site Planalto < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 01 de abril de 2018.

Lei nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Site Planalto < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em 18 de março de 2018.

CATANNEO, Carolina. **Estudante de Jornalismo UFGRS.** Disponível em < https://www.ufrgs.br/humanista/2017/11/27/presidio-central-simboliza-a-falencia-do-sistema-penal-gaucho/>. Acesso em 30 de março de 2018.

CICONELLO, Alexandre. **Presídios: Omissão Do Estado, Indiferença Da Sociedade.** Disponível Em

<Https://Www.Revistaforum.Com.Br/Digital/131/Presidios-Omissao-Estado-Indiferenca-Da-Sociedade/>. Acesso Em 10 De Maio De 2018.

CIPRIANI, Marcelli. **Da "Falange Gaúcha" aos "Bala nos Bala": a emergência das "facções criminais" em Porto Alegre (RS) e sua manifestação atual.** Direito e Democracia. P. 118, 119, 120, 128. 2017

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. DISPONIVEL EM < http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/cnpcp-1/relatorios-de-inspecao-1/relatorios-de-inspecao-2009/2009relatoriovisitars.pdf> ACESSO EM 30 DE MARÇO DE 2018.

Correio do Povo. Disponível em < http://www.correiodopovo.com.br/blogs/dialogos/tag/presidio-central/> Acesso em 30 de março de 2018.

COSTA, Paulo Gonçalves da. Entrevista I. [março. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

Diário Gaúcho. Disponível em <http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2013/10/faccoes-criminosas-faturam-ate-r-500-mil-mensais-nas-galerias-do-central-4287948.html>. 01 de outubro de 2017.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista.** Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. 2011 p. 20.

DORNELLES, Renato. **Falange Gaúcha: O Presídio Central e a História do Crime Organizado no RS.** Porto Alegre. Diadorim. Ed. 2ª. 2017. P. 153, 156 e 157.

FRAZÃO, Felipe. **Facções comandam o maior presídio do país.** E com aval da Justiça, Revista Veja. Disponível em < http://veja.abril.com.br/brasil/faccoes-comandam-o-maior-presidio-do-pais-e-com-aval-da-justica/>. 01 de outubro de 2017.

G, V.D. Entrevista II. [abril. 2018]. Entrevistadora: Francielle Thauany Consoni. Gravataí, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

GONÇALVES, Marianna Moura. **Criminologia no Brasil: história e aplicações clínicas e sociológicas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, pág. 235.

MACAULAY, Fiona. **Segurança Pública e Violência: O Estado está cumprindo seu papel?**. Editora Contexto. São Paulo. 2006. P. 17, 20.

MARCHEZAN, Isabel. **Presos Estão No Comando Do Presídio Central De Porto Alegre.** Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/presos-estao-no-comando-do-presidio-central-de-porto-alegre/>. Acesso em 10 de maio de 2018.

O PODER ENTRE AS GRADES. Disponível EM < Https://Www.Youtube.Com/Watch?V=0u9c6iojxim>. DOCUMENTÁRIO. 0’35’’. Acesso EM 30 DE MARÇO DE 2018.

Profissão Repórter. **Presídio Central de Porto Alegre tem 2400 detentos acima da capacidade.** Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=K1Rjfx3OiqM>. 3’37”, 4’02’’ e 4’27’’. Acesso em 30 de março de 2018.

RUDNICK, Dani. **Três dias no Presídio Central de Porto Alegre O cotidiano dos policiais militares.** Disponível em < http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496557/000940646.pdf?sequence=1> Acesso em 30 de março de 2018.

SALLIN, Vinícius Ricardo**. As Facções E O Grupo Da Segurança No Presídio Central De Porto Alegre: Relações Em Um Sistema Social Complexo.** Pontifícia

Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul Faculdade De Psicologia Programa De Pós-Graduação. Porto Alegre/Rs. 2008. P.17, 18, 19, 20, 22, 54, 55, 61, 62.

SCHILLING, Flávia. **Corrupção, crime organizado e democracia.** Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 36, 2001.

SEM PENA. Direção de Eugenio Puppo. Brasil: Heco Produções, Espaço Filmes e Prefeitura de São Paulo, 2014. Documentário, 49’15”, son, col.

Superintendência dos Serviços Penitenciários – SUSEPE. Disponível em < http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=203&cod_conteudo=21>. Acesso em 30 de março de 2018.

THOMPSON, Augusto. **A questão Penitenciária.** Rio de Janeiro: Forense, 2001. p. 86/87

TORRES, Eduardo. **Dívida é paga com a vida no Presídio Central, em Porto Alegre.** Diário Gaúcho. Disponível em <http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2013/10/divida-e-paga-com-a-vida-no-presidio-central-em-porto-alegre-4289064.html> 01 de outubro de 2017.

Facções criminosas faturam até R$ 500 mil mensais nas galerias do Central. Disponível em < http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2013/10/faccoes-criminosas-faturam-ate-r-500-mil-mensais-nas-galerias-do-central-4287948.html> Acesso em 30 de março de 2018.

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Processo 019/1.13.0004816-3.** Disponível em <http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc:> Acesso em 01 de abril 2018.

ZERO HORA. **Centro De Triagem Não É Cadeia", Diz Juíza Que Interditou A Estrutura Junto Ao Presídio Central.** Disponível Em: <Https://Gauchazh.Clicrbs.Com.Br/Seguranca/Noticia/2017/12/Centro-De-Triagem-

Nao-E-Cadeia-Diz-Juiza-Que-Interditou-A-Estrutura-Junto-Ao-Presidio-Central-Cjanxgmbm00lf01mkunkj6ni4.Html> Acesso Em 30 De Março De 2018.

Facções avançam e dominam o Presídio Central de Porto Alegre. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/02/faccoes-avancam-e-dominam-o-presidio-central-de-porto-alegre-9713182.html> 01 de outubro de 2017.

Presídio Central de Porto Alegre muda de nome. Disponível Em: < https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/01/presidio-central-de-porto-alegre-muda-de-nome-9349266.html> Acesso Em 30 De Março De 2018.

Desativação Do Presídio Central Ainda Está Longe Do Fim. Disponível Em < Https://Gauchazh.Clicrbs.Com.Br/Geral/Noticia/2014/12/Desativacao-Do-Presidio-Central-Ainda-Esta-Longe-Do-Fim-4657094.Html> Acesso Em 10 De Maio De 2018.

APÊNDICE A

DEGRAVAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevista I – Paulo Gonçalves da Costa. Policial Militar aposentado. Trabalhou no Presídio Central de Porto Alegre nos anos de 1997 e 1998.

Pesquisadora: Como funciona a questão desde que entra um novo apenado, qual o caminho que ele seguia até chegar a ser escolhida uma galeria? E qual era a sua rotina depois de estar lá dentro?

PM: A minha função dentro do Presídio Central, do tempo que estive lá dentro, entrei como chefe de inspetoria que é a movimentação dentro da cadeia, existia um chefe que autorizava e esse chefe era eu, aí passado quatro ou cinco meses eu fui levado a categoria de supervisor, onde se tem o acesso a toda a cadeia, minha movimentação era totalmente livre, e isso que me deu a facilidade de controlar muitas coisas. Então assim, um preso chegava lá, primário, a gente já recebia essa informação, ele era levado a sala de Triagem I, passava do plantão permanente para a sala de triagem, nesse momento era visto onde ele poderia morar, com quem ele poderia se relacionar dentro da cadeia, porque tem “os contras”.

No momento em que ele chegou é falado com o plantão, que é o preso responsável pela galeria, por ser mais fácil de se comunicar, não só por isso, mas também porque dá pra ele a vantagem de trabalhar dentro da cadeia, sendo que cada três dias trabalhados reduz um dia na pena, por isso eles querem isso. Assim como tem em cada galeria os responsáveis pela faxina, pela comida, pelo tramite de separar um preso com alguém problema e trazer para nós, então todos esses que estavam nessa função, que é chamada de Prefeitura.

No momento da triagem era passado ao novo apenado que qualquer coisa que ele necessitasse, como contato com a família ou com o advogado, era para ser passado para mim, sendo eu a pessoa responsável lá dentro por ligar ele ao mundo lá fora, assim acaba de uma certa forma acalmando o preso.

Como esse auxílio que eu prestava acabou virando uma certa rotina com os presos que entravam, acabou me dando uma certa vantagem, pois eles sentiam confiança de chegar a mim e falar as coisas que aconteciam.

Assim, voltando ao ponto de onde ele poderia morar, se o cara era primário ele iria para um local onde ele fosse uma pessoa neutra, isenta, existia galerias assim né, porque tinha os “duque 13” que eram só os estupradores, então ali eles não aceitavam outro que não fosse estuprador. Daqui a pouco, tinha lá o pessoal que é ligado a facção dos manos, o que tem conhecido já avisa “quando tu cair qualquer coisa que tu quer ajeita para te morar lá”, beleza os caras iam para lá, daqui a pouco um saía de uma galeria prometido, tinha que colocar no seguro de vida.

Então a gente tinha essa preocupação de tentar né dentro daquele espaço que a gente tinha que era pouco, adequar não tivesse problema na administração do andamento da cadeia, que era uma rotina. Mas isso não eximirá que outras vezes aconteça de alguém amanhecer “suicidou-se”, o que sabíamos que não era, infelizmente o cara estava pendurado em uma corda lá numa janela altura que era impossível, mas a vida continua.

Essa questão de ter essa visão de que tu poderia ser o cara que auxilia, acabava que chegava muita informação, começou a chegar à informação de armamento, a respeito de quanto de munição que entrava intravaginal, celular, buraco que eles cavavam, que eram chamados de tatu, começavam a falar “os fulanos tão fazendo alguma coisa, e eu vou tentar descobrir” e aquilo vinha para nós, começamos a crescer dentro do presídio com base nessa informação, porque eles confiavam no trabalho que a gente fazia, a ideia sempre foi de que evitasse o problema, fazendo uma prevenção de uma forma mais tranquila, para que o serviço fluísse da forma que deveria ser.

O que tinha também, e pelo que eu sei tem até hoje, são os mercados nas galerias, para o preso não ter que descer para se alimentar, é uma coisa autorizada, autorizado pelo Estado na verdade, só que o que custa aqui fora dois reais lá custa dez, sem dizer que sabemos que tem outras moedas de troca, como droga e arma.

Pesquisadora: Tu considera que por causa deste fato que tu me passou, acaba sendo de certa forma tolerada a presença das facções dentro do presídio? Porque, uma vez que se sabe da existência, se cada um ceder de um lado ficará de certa forma mais pacifica?

PM: Sim, pensa bem em um universo de dois mil homens, na nossa trabalhavam diariamente com uma força policial em torno de cinquenta para dois mil apenados, hoje em dia eu sei que é muito mais, naquela época eu tinha cinquenta, hoje os cara tá trabalhando com trinta “a pau e corda”, então o que que tem que fazer algumas coisas tem que abrir mão não pode chegar assim a lei determina isso tu não pode, tem que abrir mão de uma coisa. Tipo a droga, não pode, mas tu sabe que ela entra, por algum meio ou outro tá entrando, agora tem os drones, está uma “barbada” agora. Mas, o que se abria mão, por exemplo, bom queimaram fizeram motinho queimaram colchões, sabe que queimar o colchão não é do prefeito nem da prefeitura né, é do infeliz que chegou ontem, que apanha na cara e limpa o chão, faz o que faz e não ganha remissão, a gente sabe que a pressão nessa forma tem que negociar com o prefeito e repor, abrir mão de algumas situações para que aquilo, por exemplo, ter o que chamavam de fogões, é um tijolo maciço que era botar uma resistência de chuveiro ali, aquilo era o fogão que ele tinha na cela, mas poderia ter no máximo de seis fogões por galeria, acabava acontecendo que as vezes tinham vinte ou trinta, nós também tínhamos que abrir mão, nós também não podia chegar sem apertar, a gente fazia nas revistas baixava todo mundo pátio aquilo tudo pronto para a gente ir, achava as coisas e depois daí fazia negociação, aí era deixado algumas coisa outras não, para também não passarem dos limites.

Nós tivemos um motim, isso foi em Março de 98, bom domingo chegamos com o trabalho tinha acontecido a fuga de dois presos, na tentativa de fuga de dois presos na noite cortaram as grades no segundo andar de uma galeria e tentaram fugir, aí teve o alerta de ganso sinaleiro, cachorro, pessoal da rede, eles acabaram sendo preso né, de manhã foram levados para fazer exame de lesões, registro de ocorrência e retornaram aguardando para ser recolocado né, só que é que tem que fazer quando tem fuga, baixa toda galeria aí não consigo achar por onde eles saíram, quando estão descendo para o pátio me informaram da rede, pessoal tá

descendo tão virando as latas de lixo em dia que estão escondendo uma coisa nas latas de lixo, já avisei o pessoal vão descer todo mundo e a gente vai fazer o conserto da cela de vocês lá e depois pessoal retorna, porque as outras Galerias tem visitas quando, terminaram acharam as grades cerradas soldaram tudo, quando foram subir eu peguei avisei para o prefeito “bota todo mundo aqui em fila de tanto e tanto e o pessoal vai subir assim que liberar corredor de vocês”, que é um brete né tudo separado, só que quando eles subissem iam ser revistados, eles não aceitaram, mas eu avisei que isso não é negociável, só falei “eu tô te avisando”, nisso já estava o pessoal que eu já tinha orientado e chamado tudo com munição extra e tudo colete, queriam fazer a revista, estava entrando no brete, e nesse momento quem teria que entrar primeiro era eu, mas não foi o que aconteceu, pois naquele dia apareceu um alguém, que era vamos dizer assim, que seria o chefe que apareceu no dia não deveria estar lá, o comando era meu essa pessoa entrou em frente, e tomou a frente da ação, como estava nas minhas costas, estão conversando, e nessa hora eu já sabia que ia dar problema, 123 preso no pátio, quando o cara viu que os brigadianos já estavam entrando foram indo de costa e o pessoal todo recuando dentro do pátio, quando passaram pelo lixo pegar o armamento, quando o primeiro “brigada” viu que os presos tinham armas, nesse momento começou o tiroteio, quando o primeiro atirou o segundo terceiro, e quem deveria estar lá na frente era eu, como não estava, fiquei atrás, porque não tinha como entrar antes, entrei correndo, mandando levantar as armas, todas as armas só se via preso caindo no muro de 8 metros de altura, eles se amontoando um sobre os outros e os “brigada” em tudo em mim, é só me vinha na cabeça o Carandiru, porque quem deveria estar controlando a situação era eu, quem tomou ação de tomar o pátio de assalto deveria estar à frente e não estava, então eu tive que fazer, comecei a correr retomei a ação, tinha muito sangue, depois de todos os tiros, que eu já tinha conseguido feito tudo para, nesse momento eu vi que tinha perdido total controle de tudo, toda a situação deve ter durado 2 minutos que me pareceram 2 horas, parou o tiroteio, mas ainda tinha preso gritando de um lado e polícia do outro, o prefeito quis argumentar, e eu falei “agora fica quieto na hora que tinha que fazer alguma coisa tu não fez”. Nisso fui avisado que um soldado meu estava baleado, eu vejo preso baleado também, aí tu tenta organizar naquela loucura toda, perguntei se

o meu soldado que havia sido baleado foi levado para o pronto atendimento, ficou em coma dois dias depois veio a falecer, acabei perdendo dois presos também, então dessas loucuras das coisas que tudo vê que acontece a gente perde o controle.

Pesquisadora: Nessa questão, que acaba envolvendo todo mundo, não só quem tá cumprindo pena mas também quem faz a segurança, o que tu entende do papel do Estado, tu concorda que as coisas acabam acontecendo pela Estado não fornecerem que deveria?

PM: É visível a questão do esgoto a céu aberto e não é só os apenados que estão lá dentro, é policiais, familiares, é o pessoal que trabalha, todo mundo acaba pagando o preço por causa que o Estado não dá suporte na verdade, mas a visão do "top" de como deveria funcionar todos tem da recuperação do preso da ressocialização tudo aquilo é a teoria que todos sabem, mas a realidade é aquela, que a decisão infelizmente é política, e essa decisão que eles acham que reverte a situação é de construir presídios, e não é, seria o trabalho realmente acima do preso, a lei funcionar para que não vá preso, uma série de fatores que acaba resultando nisso, tem que trabalhar em cima de onde está o problema, começando que a lei não funciona, processos de que tá errado e aí uma série de fatores que vai criando uma a bola de neve, vai acumulando e daqui a pouco tu sabe que não vai surtir efeito e a cadeia vai tá cada vez mais cheia, sendo que ele sabe que tem mais quarenta e poucos mil mandados aí que não foram cumpridos, porque aí tu pensa assim alguém que não tem facção mas cai lá dentro porque dirigiu embriagado, porque não pagou pensão alimentícia, só que a partir do momento em que tu entrou lá dentro ocorre uma troca, é feito a pergunta "qual é a tua facção", e a pessoa diz não sou de facções nenhuma, lá dentro tu vai ter que escolher um lado, tu não tá meu favor tu tá contra automático, tu entra no crime e quando sair de lá tem que pagar a mensalidade, tem um preço a pagar para continuar, mas tu nunca vai estar livre, agora tu faz parte daquilo, enraizou e tu não vai te livrar, tu vai ter que mandar a tua contribuição, isso é os males o menor, porque se de repente tu estás lá dentro, e se um chefe se agradar da tua visita, ou quer a tua visita ou quer que a tua visita

leve alguma coisa para ele, o sistema é podre e o apodrecido e não recupera ninguém, ele só aumenta e seus tentáculos.

Vou te dizer mais, eu dei sorte de pegar no colo anos de ouro porque eu podia sair fardado dentro do presídio um ônibus na frente do presídio sentar tivesse lugar dali pegava meu ônibus tranquilamente para Gravataí vir aqui andava a pé até minha casa né aquele trabalho que eu fazia hoje dentro do presídio que ia ter que sair no carro blindado, porque hoje em dia é diferente e sabe que o policial, infelizmente, parece que para sociedade o policial que cobra o cumprimento da lei é algo ruim, como a questão do Rio de Janeiro, em que a mídia tenta passar isso, eles tentam botar essa coisa na cabeça sociedade e parece que o pessoal está assimilando isso, que o herói é o cara do Big Brother, policial não quer ser herói, mas a gente quer só fazer o trabalho em que a gente optou, e tentar fazer o melhor possível para que as coisas certas aconteça. Não quero ser o mocinho da história do “bang bang”, mas eu estou mais para o lado do mocinho do que do bandido, quer fazer o trabalho de segurança, acho que seria o mínimo que um funcionário poderia querer na sua vida pública, mas o sistema favorece, infelizmente, as outras questões dos outros lados, por isso que eu te disse, parece que eles entendem que, dar volta para execução de presídio, não é recuperar o preso, porque se fosse seria um outro trato e outras pessoas fazendo esse tipo de trabalho, não cara escolhido por quantos votos ele teve. O Juiz da VEC, o Brzuska, que deveria cuidar disso, quantos anos ele está no sistema, ele conhece tudo funcionalidade da coisa, sabe com quem trabalhar e como trabalhar. Os apenados andam anos luz na frente do sistema, tu não tem o que fazer contra isso, porque lá dentro da galeria por mais que tu queira dizer que vai ser fechado naquela cela de dois por três (metros), alguém vai ter que coordenar isso, e para o Estado, hoje em dia, infelizmente, é a forma da coisa ser feita, pelo menos para amenizar, só não pode colocar fogo, se colocar fogo ai vai ser diferente a coisa, é humanamente impossível, com esses números controlar, acho que eles construíram uma pavilhão novo do tempo que eu sai até hoje, na época a capacidade era em torno de 1509 (presos) e estava com dois mil e trezentos, fora do hospital penitenciário, lá ficavam o pessoal mais “calmo”, se assim posso dizer.

Pesquisadora: O que de certa forma agrava a situação é a questão dos presos preventivamente, que lotam boa parte, por muitas vezes mais do que o tempo que deveriam ficar. Como era no tempo em que tu estavas lá?

PM: Era eu que cuidava dessa situação, e tinha cuidado para levar direto na jurídica, explicava que a situação, e acabava que esse preso ficava “na mão” entendeu, estou “devendo” favor, nada fora do meu trabalho, aquilo era o meu trabalho, e quando aquele apenado via alguma coisa lá dentro errada me avisava, me entregavam um papelzinho quando estava indo para oitiva com o advogado lá no parlatório, então tu sabia que alguma coisa ia acontecer ali, que tinha alguma coisa para trabalhar sempre, então seria uma ajuda eu não tenho como fazer o meu trabalho 100%, levar ao pé da letra levar tem que se virar com o que tem, e isso facilita muito. Então tu fazia coisa acontecer, e isso te fazia bem era gente sendo atendida, é uma das coisas que ficou foi um preso que chegou lá por em questão de um estupro de uma criança, eu não engoli aquela história então tentei trabalhar, ele não pode ir para Galerias, tentei botar ele com outro preso aqui aumentar o medo da puxar informação e tudo foi tem que trabalhar aquilo, ele teve uma audiência extra com a juíza marcada por um pedido nosso e descobriram que era uma armação da sogra. E a gente trabalha com uma parte de pessoas que são problemas da sociedade, e muitos são problemas por opção.

Pesquisadora: Qual a tua opinião em relação a ter um chefe nas galerias? Isso ajuda ou atrapalha?

PM: É uma coisa maravilhosa, porque aí é mais fácil lidar com aquele que vai mandar nos outros, o que tinha muito naquele tempo, era que tinha um “testa de ferro”, eles faziam alguma ações que sabiam que ele ia ser embarcado ou ser desligado da função, não vai ser perfeito, junta todas as coisas vou marcar para te transferir, não sei para onde, pelo fato de eu tinha essa certa flexibilidade, com base nesse tratamento que eu fazia com os presos, eles informavam quem mandava de verdade, chegavam e falavam “Sr. Gonçalves, o “fulano” é testa de ferro, quem manda de verdade é o outro”, quando mais de um vinha e te dizia isso, e também era notável quem eles respeitavam e davam as ordens dentro das galerias. Com isso já podia jogar, se não andar na linha era no que mandava que nós íamos, e

ameaçava a transferência. Com isso a cadeia vai ficando na mão, e tu vai conhecendo o sistema.

Entrevistado II – V. D.G. Ex-apenado do Presídio Central de Porto Alegre. Cumpriu pena de um ano e dois meses.

Pesquisadora: Quanto tempo tu cumpriu pena no Presídio Central?

Ex-Apenado: 1 ano e 2 meses

Pesquisadora: Como foi desde o momento em que tu chegou lá, onde ficou, o que foi perguntado, como foi o funcionamento?

Ex-Apenado: Cheguei fui para um jumbo, com um monte de preso que já eram todos residentes, estavam voltando várias vezes, aí dali eles fazem a identificação, depois eles distribuem para as galerias. Eu fui para a galeria de primário, chegando na galeria de primário tem o jurídico que atende e ele que escolhe a cela que tu vai. Eu cheguei em um dia de visita, então tinha um monte de gente no pátio, e no final da visita, de tarde, subi galeria.

Pesquisadora: Eles chegaram a te perguntar se tu era de alguma facção ou se tinha algum conhecido.

Ex-Apenado: Não, eles me colocaram direto na galeria de primário, só quando eu cheguei dentro do pátio que eles perguntaram nome, cidade e o crime, e anotam tudo.

Pesquisadora: Depois que tu saiu do jumbo, chegou a ir para a triagem?

Ex-Apenado: Não, quando eu sai dali foi feito a identificação, depois eu voltei para o jumbo e de lá direto para o pátio. No caso, era para ter ido para a galeria, mas como era dia de visita fui para o pátio.

Pesquisadora: E como é o funcionamento das facções, no teu entendimento, do tempo em que tu cumpriu pena?

Ex-Apenado: Cada galeria tem o plantão, que eles chamam de prefeito em alguns lugares, e ele tem os “braços” dele dentro da galeria, e a Brigada não entra dentro das galerias nem no pátio, e é tudo separado, cada facção tem a sua galeria.

Pesquisadora: A dos primário como que era, como funcionava? Nessa galeria não tinha uma facção definida?

Ex-Apenado: Era tudo misturado, ficava só primário, mas tem assaltante, sequestrador, homicida, tem tudo lá dentro, só que aí a galeria é controlada, tipo ela tem um dono, e alguém tem que cuidar dessa galeria, se não tem ninguém dentro que faz isso eles mandam de outro presídio para cuidar daquela (galeria).

Dentro das galerias tem cantina, os caras que cuidam do portão, caso alguém queira invadir a galeria, tem o pessoal das panelas, quando tem que subir as comidas, eles descem para servir ou outros presos, ai fica tudo separado por celas.

Pesquisadora: A alimentação era feita dentro das celas?

Ex-Apenado: Não, eles fazem a comida dentro do Central e distribui para as galerias, cada galeria tem uma pessoa que eles chamam de paneleiro, que desce lá em baixo no “brete” para pegar as coisas e servir para os presos, é feito essa distribuição, quem não tem visita aí não tem o que comer fica com a comida do presídio. É tudo “embolado” com o plantão esse pessoal.

Pesquisadora: Na hora de ir para o pátio, é separado por galeria, por pavilhão?

Ex-Apenado: Quando eu estava lá, era a primeira do F e a segunda do F que era de primário, era tudo junto e dia de visita também, só a terceira (Pavilhão F) que era dos “Bala” ficava separado. O horário era sempre invertido, se nós íamos de manhã eles iam de tarde.

Pesquisadora: Na tua opinião, a questão do Estado não fornece recursos, como influencia em quem está lá dentro? A culpa das facções ter tanta força é por causa disso?

Ex-Apenado: A situação é precária, o Estado quebrado não tem como manter, os presos tem como então eles vão dando as regalias, uma coisa vai levando a outra, não tem o que fazer, é muito preso que fazem o que querem lá dentro, eles que controlam o Presídio na verdade.

Pesquisadora: A maioria dos presos da galeria que tu estava era prisão preventiva ou já estavam cumprindo pena definitiva?

Ex-Apenado: Tem de tudo um pouco, tem gente que vai preso em Cachoeirinha, por exemplo, mas a Polícia é de outro lugar, quando tem uma audiência que não vai acontecer aqui (Porto Alegre ou região metropolitana), o preso

tem que ir para outro local, se não acontece a audiência no dia ele tem que ficar em outro Presídio, é chamado de ficar em trânsito, e no Central tinha bastante que ficavam quatro ou cinco dias assim.

Pesquisadora: Como era o convívio com os Policiais Militares?

Ex-Apenado: Só era falado quando precisava de alguma coisa, tipo uma medicação, era cada um no seu canto, mas tudo respeitado.

Pesquisadora: As visitas eram respeitadas pelos outros apenados?

Ex-Apenado: Sim, é totalmente respeitado, dia de visita é passado o dia todo de cabeça baixa, não pode olhar para a visita, se uma pessoa estiver como uma visita e tu quiser falar com aquele preso, tu não pode chegar nele.

Pesquisadora: Então existem muitas regras lá dentro? E são todas cumpridas integralmente?

Ex-Apenado: Sim, não pode levantar a camiseta, não pode ficar sem camiseta no dia de visita. Mas muda muito do plantão de cada galeria, quem manda ali é o plantão, se for eles colocarem aquelas regras tem que ser aquilo, é tudo com ele, ele que sabe e quem manda.

Pesquisadora: Em relação as coisas que pode-se ter, ou até mesmo a questão de drogas é livre?

Ex-Apenado: Rola tudo lá dentro, tu tem dinheiro pode comprar, pode usar. Chegar no ponto que chegou agora, e querer mudar tudo é muito difícil, ali não tem mais como. Que nem apareceu uma vez no Profissão Repórter, eles entraram ali nos “jaleco” que a gente chama, eles não foram lá dentro mesmo, onde está acontecendo tudo, onde é feio mesmo não foram. Então aquilo é pouco, é o que eles mostram, quando eles vão fazer uma reportagem, mandam os presos tudo descer das galerias para eles subirem para ver como que é.

Pesquisadora: Em média, quantos presos estavam cumprindo pena na galeria que tu estava?

Ex-Apenado: Quando eu entrei acho que tinha quase quatrocentos dentro da galeria, em média trinta por cela, dormia tudo amontoado no chão, tipo tinha quase trinta dormindo em uma cela que era para ser oito, lá não podia dormir no corredor, encostavam a grade, porque os “campana” ficavam andando no corredor. Mas tem galeria que pode dormir no corredor, ai vai do plantão se ele liberar.

Entrevistado III – Renato Dornelles. Jornalista. Autor do livro Falange Gaúcha – A História do Crime Organizado no RS e Codiretor do Filme/Documentário Central – O Poder das facções no maior presídio do Brasil.

Pesquisadora: No teu entendimento, como pode ser descrevida uma "facção criminal" e como entender a lógica dessas organizações?

Renato: As principais características das facções criminosas é a existência de um mínimo de organização, de um comando, centralizado ou dividido em subcomandos, a atuação em mais de uma atividade ilícita (como tráfico de drogas, tráfico de armas, assaltos a bancos e roubos de carros, por exemplo), bases territoriais definidas (principalmente no que diz respeito ao tráfico de drogas), poderio bélico, acumulação de capital e lavagem de dinheiro. No Rio Grande do Sul, há uma característica definidora, que é de ter ao menos uma galeria sob seu controle no Presídio Central.

Pesquisadora: No livro tu trouxe o início do Presídio Central, bem como o do crime organizado. Quais as mudanças mais relevantes no teu entendimento de lá pra cá?

Renato: As principais mudanças estão relacionadas ao avanço do crime organizado. Dentro do Presídio Central, as facções evoluíram em termos de organização, criaram verdadeiros cartéis ao lotearem as galerias e diminuíram os conflitos internos. Inclusive, houve acordos, mediados pelo Poder Judiciário e pelas sucessivas direções do presídio, para que não houvesse mais mortes no presídio. Nessa sistemática, transformaram as galerias em verdadeiros escritórios de negócios, nos quais obtêm lucros exorbitantes. Para tanto, comercializam drogas, extorquem presos e familiares, entre outras formas de obtenção de dinheiro. Além disso, passaram a comandar, do interior do Presídio Central, crimes praticados nas ruas, como assaltos e execuções.

Pesquisadora: Há muitos anos vem sendo falado na demolição do PCPA, qual a tua opinião referente a isso?

Renato: Há mais de 20 anos que a desativação do Presídio Central é prometida. Dois últimos seis governadores do Estado, incluindo o atual, apenas um, Olívio Dutra, não prometeu desativá-lo. Em uma entrevista que fiz com ele (Olívio Dutra) perguntei exatamente isso: por que em seu governo não cogitou o fim do Presídio Central. Ele me respondeu: e colocar onde os presos? Concordei, pois atualmente já há um déficit de mais de 12 mil vagas no sistema prisional gaúcho. Presos já estão ficando em celas de delegacia e até em viaturas policiais. Aí, o que fazer, nessa situação, com os 4.650 presos do Central? No governo Tarso Genro, foi derrubado um pavilhão inteira, aumentando a falta de vagas. É preciso planejamento, justamente para que não se transfira os presos do Central de forma impensada, o que pode, entre outras consequências, expandir as facções para outras prisões.

Pesquisadora: Em relação ao Estado, quais as mudanças, para melhor ou pior, tu viu nesses anos em que tu acompanha?

Renato: Efetivamente, vi muito pouca coisa positiva nesse período. Efetivamente, muito pouco foi feito para melhor o sistema prisional, principalmente porque é um setor do Estado que não dá voto. Vi o sistema se degradar, aumentar a população carcerária e os presídios ficarem cada vez mais superlotados, vi as facções se expandirem, ampliarem o seu poderio e muito pouco, ou quase nada, ser feito para resolver os graves problemas.

Pesquisadora: Como é a recepção das facções em relação a serem tão expostas, eles veem como um ponto positiva ser de conhecimento da sociedade o que ocorre?

Renato: As facções, de uma forma geral, necessitam de certa publicidade, pois é assim que se expandem normalmente. No Rio de Janeiro, quando estava fora da mídia, o Comando Vermelho realizava alguma ação ousada, como metralhar um prédio da prefeitura e assumir a autoria do atentado para virar notícia. Em São Paulo, o PCC chegou a sequestrar um repórter da TV Globo para exigir, em troca da libertação, a exibição de um vídeo de facção. Em relação à sociedade, de uma forma geral, procuram demonstrar poderio, demonstração de força, o mesmo

valendo em relação às facções rivais.

Pesquisadora: Tu acredita em algum jeito de mudar a situação atual do Presídio Central, em relação ao domínio das facções?

Renato: Para resolver esse problema do Presídio Central será necessário iniciar um trabalho para médio ou longo prazo. Um trabalho de depuração que vai levar anos, até que a forma o controle da prisão volte efetivamente ao Estado, sem riscos de retomada por parte das facções.

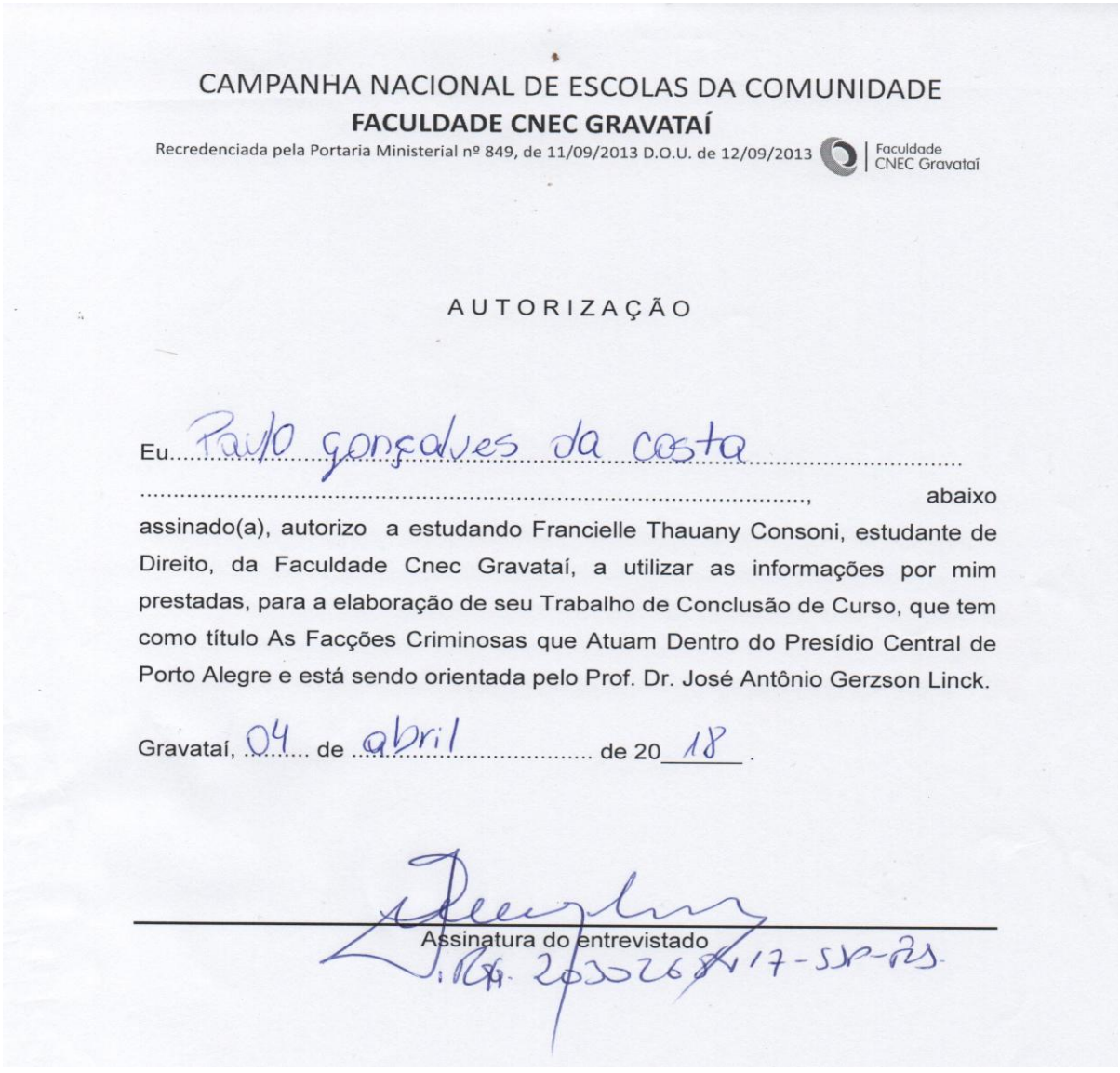
Pesquisadora: No teu entendimento, como a falta de recurso do Estado contribui com o crescimento das facções?

Renato: Tanto a falta de recurso, quando for o caso, quanto a falta de investimentos, no caso de haver recursos, contribuem com as facções na medida em que, quanto menor for o investimento do Estado, maior será o descontrole na prisão. E o crime, seja nas periferias, seja nas prisões, aproveita-se da ausência do Estado para se expandir.

APÊNDICE B

AUTOTIZAÇÕES PARA ENTREVISTA SER UTILIZADA NA PRESENTE MONOGAFIA

Entrevistado I



CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE

FACULDADE CNEC GRAVATAÍ

Recredenciada pela Portaria Ministerial nº 849, de 11/09/2013 D.O.U. de 12/09/2013 | Faculdade CNEC Gravataí

AUTORIZAÇÃO

Eu Paulo gonçalves da costa ....., abaixo assinado(a), autorizo a estudando Francielle Thauany Consoni, estudante de Direito, da Faculdade Cnec Gravataí, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título As Facções Criminosas que Atuam Dentro do Presídio Central de Porto Alegre e está sendo orientada pelo Prof. Dr. José Antônio Gerzson Linck.

Gravataí, 04 de abril de 20 18 .

Assinatura do entrevistado

RG. 2032687017-SSP-RS.

Entrevistado II

CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE

FACULDADE CNEC GRAVATAÍ

Recredenciada pela Portaria Ministerial nº 849, de 11/09/2013 D.O.U. de 12/09/2013 | Faculdade CNEC Gravataí

AUTORIZAÇÃO

Eu V D G ....., abaixo assinado(a), autorizo a estudando Francielle Thauany Consoni, estudante de Direito, da Faculdade Cnec Gravataí, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título As Facções Criminosas que Atuam Dentro do Presídio Central de Porto Alegre e está sendo orientada pelo Prof. Dr. José Antônio Gerzson Linck.

Gravataí, 14 de abril de 2018 .

Assinatura do entrevistado